

JOÃO EDUARDO LUSO SOARES DE BORJA ARAÚJO

**VALORES CULTURAIS, ORIENTAÇÕES
POLÍTICAS E CLASSES SOCIAIS:
CONSEQUÊNCIAS NOS VALORES DE
TRABALHO**

Orientador: Prof. Doutor Rodrigo Brito

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Psicologia

Lisboa

2012

JOÃO EDUARDO LUSO SOARES DE BORJA ARAÚJO

**VALORES CULTURAIS, ORIENTAÇÕES
POLÍTICAS E CLASSES SOCIAIS:
CONSEQUÊNCIAS NOS VALORES DE
TRABALHO**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de
Mestre em Psicologia do Trabalho em Contextos
Internacionais e Interculturais conferido pela
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Prof. Doutor Rodrigo Brito

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Psicologia

Lisboa

2012

Agradecimentos

No fechar deste ciclo, marcado pela submissão da minha tese, é imprescindível endereçar algumas palavras de reconhecimento a quem esteve comigo ao longo de todo o percurso.

Agradeço, pois, aos professores do Mestrado em Psicologia do Trabalho em Contextos Internacionais e Interculturais que tudo fizeram para que este curso constituísse uma fonte de aprendizagens e aquisição de competências que, estou certo, serão essenciais no meu futuro profissional;

Aos meus colegas de grupo de trabalho Guedes, Lopes e Santos, com os quais tive oportunidade de desenvolver investigações e debates de cariz científico relevante;

Aos meus familiares, amigos de sempre e voluntários dos mais diversos espaços sociais que contribuíram, não só com a sua participação na investigação, mas também na angariação de outros participantes;

Ao meu orientador pelo rigor, dedicação e interesse demonstrados durante a realização desta dissertação e por me integrar na comunidade científica, o que permitiu abordar este trabalho de uma forma mais abrangente.

Resumo

Aborda-se a temática das estruturas de valores e consequente impacto nas atitudes e comportamentos na sociedade em geral e no trabalho em particular. Uma amostra diversificada de 157 participantes, recrutada em diferentes meios sociais, variando assim em termos etários, de qualificações académicas, de classe social e de simpatia partidária, respondeu a um questionário sobre valores, valores de trabalho e orientações políticas. Primeiro, verificámos que as orientações político-ideológicas são estruturadas em duas dimensões correlacionadas mas independentes: a esquerda-direita e o autoritarismo-liberdade. Também verificámos que diferentes dimensões supraordenadas de valores do modelo de valores universais de Schwartz estruturam os valores de trabalho e as orientações político-ideológicas, com impactos específicos sobre as funções laborais desejáveis e as preferências socioeconómico-culturais. Finalmente, os efeitos das dimensões de classe social (detenção de capital e qualificação académica) sobre as orientações político-ideológicas sugerem que as dimensões direita-esquerda e autoritarismo-liberdade, apesar de estarem correlacionadas, têm motivações e origens sociológicas diferentes.

Palavras-chave: valores universais, valores de trabalho, orientações político-ideológicas, classes sociais

Abstract

This thesis addresses the issue of values and their impact on attitudes and behavior in society in general and at work in particular. A diverse sample of 157 participants, recruited from different social milieus and varying in terms of age, academic qualification, social class and political party sympathy, responded to a questionnaire on social and work values and political orientation. First, we found that political-ideological orientations are structured in two correlated but independent dimensions: right vs. left wing and authority vs. freedom. We also found that different superordinate value dimensions of the Schwartz's universal values model structure work values and political-ideological orientations, impacting specific desirable work functions and socio-economical-cultural preferences. Finally, effects of social class dimensions (capital and education) suggest that the right-left wing and authoritarianism-freedom dimensions, despite being correlated, have different motivations and sociological origins.

Key-words: universal values, work values, political-ideological orientations, social classes

Índice Geral

Introdução	7
Capítulo 1 – Valores, orientações políticas e formas de relações sociais	9
1.1. Sistemas de valores universais	9
1.2. Valores de trabalho	13
1.3. Orientações político-ideológicas	16
1.3.1. <i>Construção das orientações</i>	16
1.3.2. <i>Modelo tradicional: esquerda-direita</i>	16
1.3.3. <i>Introdução de uma segunda dimensão: autoritarismo (vs. liberdade)</i>	18
1.3.4. <i>Valores e ideologia política</i>	21
1.4. Modelos relacionais	23
1.4.1. <i>Formas de interação interpessoal</i>	23
1.4.2. <i>Grupos de interação</i>	24
1.4.3. <i>Papel dos modelos relacionais enquanto variáveis independentes</i>	25
Capítulo 2 – Enquadramento sociológico: classes sociais e partidos políticos	27
2.1. Classes sociais e dimensões de análise	27
2.2. Partidos políticos portugueses: orientações programáticas e bases de apoiantes	29
Capítulo 3 – Hipóteses	34
Capítulo 4 – Método	36
4.1. Participantes e procedimento	36
4.2. Instrumento	37
Capítulo 5 - Resultados	40
5.1. Estruturas de valores, orientações políticas e modelos relacionais	40
5.2. Associações entre valores, valores de trabalho e orientações político-ideológicas	41
5.2.1. <i>Correlações</i>	41
5.2.2. <i>Efeitos dos valores universais e modelos relacionais no trabalho e</i>	44

nas ideologias políticas

5.2.3. <i>Impacto das classes sociais nos valores e orientações políticas</i>	45
5.2.4. <i>Diferenças entre simpatizantes dos vários partidos políticos</i>	46
Capítulo 6 - Discussão	49
Conclusão	59
Referências	61
Apêndices	I
Apêndice I - Escala reduzida de valores universais	II
Apêndice II - Escala traduzida de valores de trabalho	V
Apêndice III - Escala de ideologia política: esquerda-direita	VI
Apêndice IV - Escala traduzida de autoritarismo	VII
Apêndice V - Escala de modelos relacionais na família e no trabalho	VIII

Índice de tabelas

Tabela 1	Correlações entre itens da escala de valores universais.	42
Tabela 2	Correlações entre idade, modelos relacionais na família, dimensões de valores e orientações políticas.	43
Tabela 3	Diferenças nas dimensões de valores e orientações político-ideológicas entre simpatizantes dos partidos políticos.	48

Introdução

Justifica o presente momento de crise socioeconómica e consequente fragilização das estruturas organizacionais que se investigue o reportório de respostas que a população portuguesa oferece na mobilização de combate à referida crise no trabalho e preferências políticas. Considera-se que este reportório é condicionado por diferenças individuais, ao nível das estruturas de valores (culturais e politico-ideológicos), por formas usuais de relacionamento interpessoal e pela classe social e dimensões que a constituem. A conjugação destas características complementam-se entre si na estruturação das atitudes no – e perante – o trabalho e a organização, assim como nas preferências e atitudes políticas.

Neste contexto, estudar as estruturas de valores é fundamental na medida em que estes caracterizam indivíduos e culturas (Schwartz, 2006), delineiam diferenças socio-psico-antropológicas no tempo e explicam, em parte, as bases motivacionais de atitudes e comportamentos. À escala do trabalho e contexto laboral em geral, os valores expressam-se no sentido da definição de tipos de trabalho preferencial e funcionam como facilitadores na escolha de uma área ou de um tipo de emprego em específico (Ros, Schwartz & Surkiss, 1999). Os valores têm também um impacto nas ideologias políticas, as quais definem atitudes diferentes perante a situação da sociedade em dimensões económicas e sociais.

Supõe-se que as formas de relacionamento (Fiske, 1991) na família moldem os valores, pois este é um dos principais grupos de socialização, constituindo a primeira fronteira entre o indivíduo e o mundo. Questionamo-nos até que ponto a assimilação de valores e normas aprendidas da família se repercutirão no reportório de respostas atitudinais e comportamentais que alguém adotará no futuro.

Introduziu-se, também, no modelo uma abordagem às classes sociais e às dimensões que as constituem (Almeida, Costa & Machado, 1994). Esta abordagem sociológica das classes tem por objetivo a identificação de padrões de valores culturais e orientações políticas entre os diferentes grupos de classe, partindo de indicadores socioprofissionais e socioeducacionais.

Partindo de noções teóricas bem definidas, da sobreposição entre constructos e, igualmente, de uma intenção exploratória na tentativa de integração de uma perspectiva sociológica na psicologia social e do trabalho, fez-se uma abordagem integrada das estruturas de valores, modos de relacionamento na família e efeitos de classe social na forma como estas

últimas impactam no mundo social em geral (atitudes sociopolíticas) e do trabalho em particular (valores de trabalho).

Capítulo 1 - Valores, orientações político-ideológicas e formas de relações sociais

1.1. Sistemas de valores universais

Amplamente estudados no âmbito das ciências sociais, os valores começaram por ser entendidos como auxiliares à compreensão de mudanças ao nível individual e societal (Durkheim, 1983; 1987; Weber, 1905). Quer isto dizer que os valores, juntamente com outros fatores, são formas de caracterizar, mostrar mudanças e evolução de pessoas e sociedades e ainda de explicar as motivações por detrás de atitudes e comportamentos (Schwartz, 2006). Sendo um dos objetos da psicologia o estudo do comportamento, não é de estranhar que os valores sejam uma temática recorrente em investigação (Boudon, 2001; Inglehart, 1997; Kohn, 1969; Parsons, 1951; Rokeach 1973). Um dos problemas, porém, na investigação nesta área é que os autores não convergiam no sentido de encontrar relações entre o conteúdo e a estrutura dos valores e tipos de comportamento a eles associados (Hirlin & Piliavin, 2004; Rohan, 2000). Como tal, Schwartz, reuniu nos seus trabalhos (1992, 1994, 2006) toda a informação estudada até ao momento e, colocou como desafio a si próprio, encontrar um conjunto específico de valores universais, através da construção e desenvolvimento de uma escala que foi aplicada entre mais de setenta países distintos, com resultados claros, demonstrando que, efetivamente, as estruturas de valores são similares independentemente do grupo cultural, sugerindo, então, a existência de uma organização universal de motivações humanas.

Evidentemente, embora exista a referida universalidade na estrutura dos valores, a importância que cada indivíduo, sociedade ou cultura dá a cada valor varia substancialmente, tendo sido encontrada uma marcante variabilidade de prioridades e preferências interculturais (Schwartz, 2006).

Uma forma de introduzir a noção de valores é encará-los como questões que são importantes para nós e para a nossa vida. A literatura que se debruçou sobre os valores, ao longo do tempo (Allport, 1961; Feather, 1995; Inglehart, 1997; Kohn, 1969; Kluckhohn, 1951; Morris, 1956; Rokeach 1973; Schwartz, 2006; Schwartz & Bilsky, 1987), é unânime no que à definição de valores concerne. Esta definição pode ser desagregada em seis pontos distintos:

Primeiro, os valores são crenças que estão intimamente ligadas a emoções e sentimentos, pois quando se está presente numa situação que estimula ou ameaça esses

mesmo valores, o organismo reage em conformidade. Por exemplo, um espetáculo de tauromaquia, poderá despoletar numa pessoa que adote valores tradicionalistas, emoções positivas e, ao mesmo tempo, negativas em outra pessoa que apresente valores incompatíveis com esse espetáculo (por ex. universalismo aplicado aos direitos dos animais).

Segundo, os valores constituem-se como metas desejáveis que motivam ações. Um ambientalista, por exemplo, tenderá a realizar ações que promovam os seus valores, seja através de participação em manifestações, campanhas de sensibilização, etc.

Em terceiro lugar, os valores transcendem o conceito de orientações para ações imediatas ou para perseguir metas e objectivos imediatos. Valores como as boas maneiras e a educação, a honestidade ou a obediência, são transcendentais à vida, manifestando-se no seio familiar, na escola, no local de trabalho e nas amizades, sem que tenham associados a si situações ou ações específicas.

O quarto ponto refere que os valores são uma importante forma de padronizar e comparar pessoas, ações, políticas e acontecimentos. As pessoas adotam comportamentos diferentes porque encaram a realidade de forma distinta, consoante os valores com os quais têm maior proximidade. Tal permite-lhes concluir sobre o que é bom ou mau, bonito ou feio, moral ou imoral e legítimo ou ilegítimo.

Quinto, dentro do conjunto de valores que um indivíduo integra, existe todo um sistema de prioridades de acordo com a importância que se dá a cada valor. Assim, pode-se priorizar, por exemplo, o sucesso profissional por oposição ao sucesso familiar, ou a procura de novas experiências ao invés de atividades já tradicionais.

Por último, qualquer comportamento pode ser motivado por apenas um valor ou por uma conjugação de valores. Por exemplo, ir à igreja pode ser resultado de valorização do tradicionalismo, da conformidade, ou da segurança. É esta negociação entre valores e a respetiva importância que lhes conferimos que nos leva a adotar determinados comportamentos (Schwartz, 1992, 1996).

Assim, o que distingue cada valor entre os demais é o tipo de meta, objetivo ou motivação que ele encerra. Schwartz (2006) identificou dez tipos de valores universais, sempre associados a um objetivo genérico, que representam o autodirecionamento, a estimulação, o hedonismo, o sucesso, o poder, a segurança, o conformismo, a tradição, a benevolência e o universalismo.

O autodirecionamento remete para a curiosidade, independência e minuciosidade na escolha de metas pessoais, a criatividade, e tem por génese motivações de controlo e domínio

(Bandura, 1977; Deci, 1975) na procura de interações que potenciem a autonomia e independência (Kluckhohn, 1951; Kohn & Schooler, 1983; Morris, 1956).

A estimulação reflete-se na necessidade intrínseca de um estilo de vida variado, estimulante, emocionante e desafiante, na procura da manutenção de um nível de ativação ideal (Berlyne, 1960). Existe uma certa congruência entre os valores de estimulação e autodirecionamento, uma vez que se complementam na procura de uma vida pouco rotineira e mais ousada.

O hedonismo está orientado para a experimentação de prazer e sensações de gratificação, procurando assim satisfazer as necessidades do organismo. Alguns autores (Freud, 1933; Morris, 1956; Williams, 1968) referem-se ao hedonismo como um conceito associado a noções de aproveitar a vida, de prazer e autogratisficação.

Por seu turno, o sucesso – tal como o nome indica – procura satisfazer necessidades de realização pessoal através da demonstração de competência nas mais diversas áreas da vida do sujeito, de acordo com as normas sociais que delimitam o que é ou não valorizado e culturalmente aceite. Como tal, as pessoas de sucesso são, geralmente, ambiciosas, inteligentes, influentes e reconhecidas. Já a teoria de Maslow (1965) contemplava a necessidade de obtenção de sucesso como um objetivo transversal ao ser humano.

O poder surge associado à obtenção de estatuto social e prestígio, controlo e domínio sobre os outros. No entanto, para que exista o valor de poder, este tem de ser percecionado por ambas as partes: a que exerce domínio e a que é submissa (Schwartz, 2006). Allport (1961) menciona os valores de poder como característicos de pessoas autoritárias e abastadas.

Outro valor identificado por Schwartz é a segurança, que se manifesta através da procura de protecção, harmonia, estabilidade societal e de relacionamentos. A segurança pode ser expressa através da satisfação de interesses pessoais (por exemplo, ser asseado), como ser expressa a um nível mais abrangente, incluindo mais pessoas (por exemplo, atitude perante a segurança nacional de um país).

O conformismo deriva de uma restrição de ações, impulsos e comportamentos que possam colocar em dúvida e violar as expectativas e normas vigentes. O comportamento conformista tem sido objeto de estudo em diversas análises ao longo do tempo (Freud, 1930; Kohn & Schooler, 1983; Morris, 1956; Parsons, 1951) e, no contexto em que Schwartz (2006) o insere, enfatiza restrições nas interações diárias e é característico das pessoas disciplinadas, obedientes, educadas e que têm grande consideração pelos mais velhos.

A tradição procura satisfazer motivações de respeito, compromisso, aceitação de costumes e normas impostas pela cultura e religião. Schwartz (2006) considera existir uma grande proximidade entre a conformidade e a tradição, uma vez que ambas contemplam comportamentos de subordinação a vontades alheias. Enquanto a conformidade representa subordinação, sobretudo, a pessoas, a tradição é mais abrangente, alargando essa subordinação a grupos, instituições, sociedades e culturas.

O nono valor identificado por Schwartz é a benevolência, cujas motivações são preservar e melhorar o bem-estar das pessoas com quem contactamos. Este tipo de valor deriva da necessidade dos grupos serem harmoniosos (Kluckhohn, 1951; Williams, 1968) e necessidade de afiliação (Korman, 1974; Maslow, 1965). A benevolência caracteriza-se pela preocupação com o bem-estar dos outros, disponibilidade para ajudar, honestidade, responsabilidade, etc. Quer a benevolência, quer a conformidade constituem valores de suporte às relações sociais. No entanto, a benevolência têm uma origem intrínseca (motivação própria) enquanto que a conformidade tem origem extrínseca (os comportamentos são adotados para evitar transgredir o que é tido como correto).

Por fim, o universalismo tem por motivação a compreensão, a tolerância e proteção do bem-estar de todas as pessoas (não apenas as mais próximas) e da natureza. É aqui que se destaca da benevolência, pois esta última está orientada para as pessoas com quem contactamos regularmente.

Este é um valor mais dificilmente «atingível», uma vez que é necessário ter contacto com mais grupos para além do grupo primário (familiares, amigos e colegas de trabalho), bem como ter consciência dos problemas que assolam o ambiente, nomeadamente a escassez de recursos. A noção de universalismo enquadra-se no perfil de pessoas de mente aberta e preocupadas com a justiça social, a igualdade no mundo, a paz, a preservação do ambiente e a constante procura de mais sabedoria.

Resta, agora, explicar a forma como os valores se estruturam e relacionam uns com os outros, segundo o autor. Schwartz (1992) verificou que se organizam mediante um esquema circular, onde existem valores que se aproximam por serem compatíveis e outros que se encontram em polos opostos do círculo, sugerindo a sua incompatibilidade. Exemplificando, não é possível ser-se uma pessoa que procura, constantemente, fazer coisas novas e romper paradigmas e, simultaneamente, ter uma forte ligação a tradições e seguir cegamente as normas estabelecidas.

Deste modo, e tendo por base resultados empíricos (Schwartz, 1994) e em conta a referida noção esquemática circular da organização dos valores, o autor sumariza as estruturas de valores em duas dimensões ortogonais contínuas. Quanto mais próximo estiver um valor do outro, mais compatíveis são, por apresentarem motivações mais próximas.

A abertura à mudança engloba o hedonismo, a estimulação e o autodirecionamento, tendo por oposição um conjunto de valores de conservação, definidos pela conformidade e a tradição. A autopromoção resulta da conjugação de valores de poder, sucesso e segurança, e tem no polo oposto a autotranscendência, que inclui o universalismo e a benevolência. Esta estrutura proposta por Schwartz pode, por isso, ser sumarizada através de duas dimensões ortogonais: autopromoção vs. autotranscendência e abertura à mudança vs. conservação. A primeira dimensão ordena os valores num eixo com base na motivação da pessoa para promover os seus próprios interesses, negligenciando os outros, por oposição a transcender as suas preocupações egoístas. A segunda dimensão ordena os valores com base na motivação da pessoa para seguir os seus próprios interesses intelectuais e afetivos através de novas experiências, por oposição à autorrestrição, ordem e resistência à mudança.

Conhecer a estrutura de valores de alguém é um bom preditor de determinados comportamentos e tomadas de decisão dessa pessoa ao longo da sua vida: desde as escolhas mais básicas do dia-a-dia, onde tomamos centenas de decisões sem pensar muito nelas (Bardi & Schwartz, 2003), se somos mais individualistas ou cooperantes (Schwartz, 1996), em que partidos políticos tendemos a votar (Caprara, Schwartz, Capanna, Vecchione, & Barbaranelli, 2006), no ativismo político (Schwartz, 2006) e na forma como encaramos a imigração (Schwartz, 2006).

1.2. Valores de trabalho

É com base neste potencial de previsão de atitudes e comportamentos, que é dado seguimento à teoria dos valores universais por diversos autores (exemplo: Hofstede, 1983; Schwartz, 1992; 1994) focando-os no mundo das organizações e denominando-os por valores de trabalho.

Assim, entende-se por valores de trabalho a expressão dos nossos valores individuais no local de trabalho (Ros, Schwartz & Surkiss, 1999). Estes revelam o grau de importância, a desejabilidade e as convicções pessoais acerca das experiências decorrentes do trabalho e, influenciam as atitudes e comportamentos face a este (Knoop, 1994; Vala, 2000). Mais

específicos que os valores individuais, conhecer os valores de trabalho de alguém, ou seja, as metas, desejos e recompensas que a pessoa procura por meio do trabalho, permite-nos compreender os seus ambientes, funções e tipos de relações preferidos. Tal pode constituir uma importante mais-valia na identificação do reportório de respostas dos portugueses à atual situação de crise socioeconómica.

A literatura começou por discordar quanto ao número de valores de trabalho que são possíveis identificar, sugerindo a existência de, pelo menos dois e, segundo alguns autores, de três: os intrínsecos, os extrínsecos e os sociais (Alderfer, 1972; Borg, 1990; Crites, 1961; Mottaz, 1985; Pryor, 1987; Rosenberg, 1957). No entanto, outras linhas de investigação (O'Connor & Kinnane, 1961; Pryor, 1987) apontavam a existência de um quarto valor, o de prestígio. Com o foco nas investigações de Schwartz (1992, 1994), é atualmente aceite que existem, efetivamente, quatro tipos de valores de trabalho, cada um dos quais derivando das quatro organizações supraordenadas de valores universais anteriormente referidas.

Desta forma, os valores intrínsecos estão ligados a aspetos característicos da própria função laboral e, sendo recompensas diretas fruto dessa mesma atividade, constituem fatores motivadores por si mesmo, estando sob o controlo do sujeito. Alguns exemplos são o reconhecimento e respeito, o trabalho interessante, a oportunidade para tomar iniciativa, a realização, a responsabilidade, a autonomia, a aprendizagem e o desafio (Caetano, Tavares & Reis, 2003). São valores que remetem para abertura à mudança, fazendo o paralelo com a teoria dos valores universais de Schwartz, o que se expressa na preferência por trabalhos de cariz variado, criativo, interessante e por enfatizar a importância da independência e empreendedorismo (Ros, *et al.*, 1999).

Os valores extrínsecos, por seu turno, referem-se a questões paralelas à função em si, não deixando de estar relacionados com as consequências que advêm do cumprimento dessa mesma função. O trabalho acaba por servir como instrumento de obtenção de determinadas metas e objetivos de cariz interno. Podem ser tomados como exemplos valores como ambiente de trabalho agradável, boa remuneração, segurança de emprego, oportunidades de promoção, bom horário e bons períodos de férias (Caetano *et al.*, 2003). Este tipo de valores apresenta uma sobreposição teórico-conceitual com os valores de conservação, característicos de pessoas que privilegiam a segurança de emprego e remuneração, e menor ambição em terem funções diferentes ou mais exigentes, de forma a manterem uma certa estabilidade nas suas vidas, combatendo estímulos potencialmente ameaçadores (Ros, *et al.*, 1999).

Já os valores sociais estão orientados para um trabalho que permita experimentação de relações sociais mais intensas, que sirvam de veículo à criação de novos contactos e amizades, e para a possibilidade de contribuir para a sociedade no geral. Têm paralelo com a dimensão autotranscendência (Alderfer, 1972; Borg, 1990; Crites, 1961; Mottaz, 1985; Pryor, 1987; Rosenberg, 1957).

Finalmente, os valores de prestígio surgem associados à dimensão autopromoção e a comportamentos de exercício de poder, autoridade e investimento na carreira (O'Connor & Kinnane, 1961; Pryor, 1987).

Com a abordagem dos valores materialistas vs. pós-materialistas de Inglehart (1971) ou, na mais recente caracterização das sociedades em modernidade vs. pós-modernidade (Inglehart, 2000), também é possível estudar os valores de trabalho onde o autor efetuou um paralelo entre as teorias acima mencionadas e uma caracterização própria de valores materialistas e pós materialistas. Os valores materialistas apresentam pontos de contacto com os valores extrínsecos, na medida em que são típicos de sociedades que privilegiam a segurança física e económica, enquanto que os valores pós-materialistas (associados aos valores intrínsecos) já caracterizam sociedades mais orientadas para o desenvolvimento pessoal e para sentimentos de pertença e autoestima. A literatura (Cheung & Scherling, 1999; Halman, 1996; Loscocco, 1995) sugere que a passagem de valores materialistas para pós-materialistas mais facilmente se dá quando a situação financeira já se encontra num estado seguro (necessidades básicas) e, então, os indivíduos tendem a valorizar mais vincadamente a importância de terem funções laborais mais desafiantes e com significado para si, um pouco à semelhança da teoria das necessidades humanas proposta por Maslow (1954).

Em suma, as vantagens de inferir acerca dos valores de trabalho podem ser resumidas em: caracterizar culturas de trabalho, conhecer e distinguir os diferentes tipos de trabalho e atividades profissionais que existem, aplicar estas noções em diferentes sociedades, países e culturas, uma vez que derivam da teoria dos valores universais e, por ultimo, identificar compatibilidades e incompatibilidades no binómio individuo-função, tendo em conta as dinâmicas e características próprias dos valores. No presente momento de crise económica, estudar os valores de trabalho torna-se ainda mais importante pois é, precisamente, nesta altura que as pessoas se superam e encontram novas gamas de resposta à adversidade, sendo que os empreendedores podem oferecer respostas diferentes, rompendo paradigmas.

1.3. Orientações político-ideológicas

1.3.1. Construção das orientações

Por se considerarem os valores universais sistemas mais estáveis, adquiridos pelo indivíduo, desde muito cedo, quer através dos processos de socialização primária, quer através de assimilação cultural, as orientações político-ideológicas surgem no modelo desta investigação como estruturadas, em parte, pelos valores. As formas como são percebidos os fenómenos sociais e o funcionamento da economia são fortemente influenciadas pelas aprendizagens de valores que as pessoas desenvolvem e que vão adquirindo ao longo do tempo. É, então, expectável verificarem-se padrões estruturados de correlações próximas entre conjuntos de valores e orientações político-ideológicas.

1.3.2. Modelo tradicional de caracterização: esquerda-direita

Uma das dimensões amplamente estudadas no âmbito da ciência política e, conseqüentemente, também na psicologia política, é a dicotomia esquerda-direita. Esta divisão classificatória surgiu na Europa, no seio da linguagem parlamentar, a partir da revolução francesa, em 1870 (Cazzola, 2011). Esquemáticamente arrumados nas arenas parlamentares, os monárquicos e bonapartistas (no caso francês) ocupavam a ala direita, e, do lado oposto, estavam os republicanos (que mais tarde se iriam denominar por socialistas) (Laponce, 1981).

Em estudos de cultura política (Bartolini & Mair, 1990; Knutsen & Scarbrough, 1995) é referido que clivagens, como a esquerda-direita o é, surgem quando se está perante um princípio socio-estrutural associado a um conjunto de valores e identidades que podem motivar diferentes níveis de adesão. Algumas condições necessárias para que exista uma clivagem são: possibilidade de identificar dois grupos com visões opostas, existência de conflitualidade teórico-conceptual entre os grupos, e os membros de cada grupo partilharem entre si ideias comuns (Stubager, 2005).

Historicamente, a direita surgia associada à aristocracia e ao conservadorismo, enquanto a esquerda estava mais orientada para a reforma social e igualitarismo (Lipset, 1960; Lipset & Rokkan, 1967). Posteriormente, durante a Guerra Fria, assistiu-se a um bipolarismo de sistemas políticos que opunha o capitalismo (associado à direita e com funcionamento

concorrencial e livre do mercado) ao socialismo (associado à esquerda e com monopólio do Estado) (Schumpeter, 1943). Contudo, as mudanças no mapa geopolítico das últimas décadas, nomeadamente o colapso do bloco soviético e a emergência de novas temáticas de debate político, têm vindo a baralhar um pouco estas designações (Kitschelt & Hellemans, 1990; Knutsen, 1995). Num estudo realizado em 42 sociedades distintas, Huber e Inglehart (1995) concluíram que a dimensão esquerda-direita está presente em praticamente todas as sociedades onde existem partidos políticos.

Os trabalhos de Inglehart e Klingemann (1976) (ver também Freire, 2004) apontam três fatores fundamentais que definem onde o indivíduo se situa numa escala de esquerda-direita. O primeiro, de cariz social, reporta-se à interpretação dada pelo sujeito à forma como a sociedade deve funcionar; o segundo, diz respeito a sistemas de valores sociais, económicos, políticos e religiosos; o terceiro aborda a componente partidária da ideologia, que remete para eventuais simpatias nutridas por determinado partido político (ideologicamente situado mais à esquerda ou mais à direita).

Interessa, então, focar alguns dos aspetos práticos primordiais que servem de base à estruturação de uma ideologia de esquerda ou de direita. Cazzola (2011) defende que, na actualidade, o posicionamento perante as questões socioeconómicas é o fator determinante para que se possa classificar alguém como de esquerda ou direita. Concretamente, a forma como determinado governo elabora e gere o orçamento de Estado impacta de forma decisiva e distinta nas diferentes categorias sociais, pelo que é impossível gerar consensos absolutos que sejam transversais a uma população.

Admitindo a designação de socialista à ideologia de esquerda e conservador à de direita (uma das várias atribuídas pela literatura), Hibbs (1977) destaca as prioridades programáticas de uma e de outra da seguinte forma: a esquerda apresenta uma hierarquia de prioridades onde, no topo, está o combate ao desemprego, seguido da redistribuição da riqueza, do crescimento económico e do equilíbrio da balança de pagamentos estatais. Por seu turno, a direita focaliza-se, primeiramente, na estabilidade dos preços, depois no equilíbrio da balança de pagamentos estatais, no crescimento económico, no combate ao desemprego e, por último, na redistribuição da riqueza.

Outros autores caracterizam a esquerda por adotar políticas que se refletem numa tributação mais elevada ao nível fiscal, com uma preocupação maior na distribuição da riqueza, por maior investimento público, nomeadamente na segurança social, na economia e no setor público, numa intervenção estatal bem definida com vista ao desenvolvimento

económico (Kohl, 1983), em priorizar menos o controlo da inflação e mais a redução da taxa de desemprego (Wilensky, 1980, 1983), e na existência de uma menor conflitualidade social (Muller, 1993). O polo oposto da escala, a direita, irá, naturalmente no sentido inverso das perspetivas listadas.

Apesar de algumas teses sugerirem o «fim da ideologia», através de uma desagregação dos princípios que estão na sua génese em favorecimento de políticas centristas que visam uma aproximação de políticas de esquerda e direita, capitalizando votos de pessoas de ambas as partes (Allen, 2009, Bell, 2000; Lipset, 1981, 1987), Freire (2004) concluiu que, pelo menos na Europa, a identificação dos eleitores com a dimensão esquerda-direita continua a prevalecer sobre a ligação a partidos políticos.

1.3.3. Introdução de uma segunda dimensão: autoritarismo (vs. liberdade)

O que distingue, então, duas pessoas que se encontrem em polos opostos da dimensão autoritarismo-liberdade? A literatura sobre orientações sociopolíticas (Heath, Jowell, Curtice, Evans & Witherspoon, 1991; Flanagan, 1987; Flanagan & Lee, 1988; Kitschel, 1994; 1995) sugere que pessoas com simpatia por modos de governação autoritários tendem a idealizar a sociedade com padrões fixos e comuns de valores morais e culturais, estando dispostos a aceitar limitações à sua liberdade pessoal de modo a preservar uma sociedade coesa e estável. Inversamente, indivíduos que se encontrem na denominada área libertária valorizam a liberdade como um bem essencial, acreditando na livre adoção de preferências e escolhas morais e no pluralismo de opiniões. Saber onde é que as pessoas se colocam neste contínuo entre autoritarismo e liberdade, permite inferir acerca de atitudes e comportamentos relacionados, entre outros, com a justiça, a autoconfiança, a liberdade de expressão, o conformismo, etc (Inglehart, 1977; Inglehart, 1997; Bryson & Curtice, 2002).

Segundo Altemeyer (2006), o autoritarismo é um traço psicológico caracterizado por elevados índices de submissão aos padrões estabelecidos e às autoridades legitimadas pela sociedade, por conflitualidade, agressividade para com quem coloca estas mesmas autoridades em causa e por convencionalismo, que se reflete na adesão a tradições e normas implementadas pela sociedade ou figuras de autoridade. Altemeyer (1981) criou uma escala de personalidade autoritária (*Right-wing Authoritarianism*) que correlaciona conjuntos de atitudes e comportamentos de forma a medir o grau em que o sujeito apresenta ou não este traço psicológico. Assim, e tendo em conta os resultados obtidos ao longo do tempo com esta

escala, Altemeyer verificou que pessoas que se situam no polo autoritário tendem a hierarquizar no que toca a justiça, a componente de punição sobre a reabilitação, bem como adotar comportamentos de defesa das autoridades, sejam elas governantes ou simplesmente agentes de segurança, e ainda a resguardar-se de situações desconhecidas e (ou) estranhas para si (como as relacionadas com a sexualidade), por se poderem apresentar como potencialmente ameaçadoras e/ou desconfortáveis, como por exemplo, o casamento homossexual, a legalização do consumo de pornografia, os campos de nudismo, etc. Estes resultados vão no mesmo sentido da literatura sociopolítica anteriormente referida.

Mais recentemente, o psicólogo político McConochie (2007) continuou a linha de investigação de Altemeyer, construindo uma escala própria de autoritarismo (McConochie *Authoritarianism Endorsement Scale*, 2007) que mede, igualmente, o traço de personalidade «autoritarismo». Esta escala apresentou uma correlação positiva com a escala de autoritarismo de Altemeyer, o que sugere que mede o mesmo constructo. McConochie partiu do pressuposto que o autoritarismo está intimamente ligado a um princípio de obediência à autoridade instituída, que se opõe à liberdade individual. Especificamente, a escala assume ainda que a autoridade deve ser respeitada de uma forma vertical, onde os que estão abaixo na hierarquia devem obedecer aos seus superiores; deve-se confiar cegamente em pessoas de autoridade independentemente dos juízos pessoais; as regras são feitas para serem aceites e seguidas; a subserviência e obediência à autoridade são aceites; a lealdade à autoridade é aceite; punição para os que quebram as regras é apropriada; recompensas para os que cumprem as regras são apropriadas; o conforto individual é gerado através do seguimento das orientações das autoridades; o que está certo e o que está errado é algo que deve ser definido pelas figuras de autoridade.

A medição da dimensão autoritarismo-liberdade tem vindo a revelar-se importante, não só como complemento de caracterização de cultura política, mas também como elemento diferenciador de estruturas socioculturais. Concretamente, no contexto do eleitorado Dinamarquês (e posteriormente complementado com outros estudos a nível internacional), revela-se que indivíduos com maior escolaridade tendem a situar-se no polo favorável à liberdade enquanto que níveis mais baixos de escolaridade se associam a ideias autoritárias (Borre, 1995; 1997; Stubager, 2000; 2005).

Face ao exposto, releva-se a importância da dimensão autoritarismo-liberdade no modo de pensar das pessoas o que, consequentemente, influencia a forma como estas se situam num mapa político-ideológico. Apesar de ser um fator determinante na definição de

cultura e ideologia política, a dimensão esquerda-direita, atrás descrita, não a explica nem a caracteriza por completo (Rokeach, 1973).

Atualmente, um conjunto heterógeno de investigadores, cientistas sociais, políticos, jornalistas e até, mais recentemente, *bloggers* utilizam um modelo bidimensional que contempla os eixos esquerda-direita e autoritarismo-liberdade como forma a mais exata e precisa de analisar e caracterizar o espaço politico-ideológico ocupado por alguém (*Advocates for Self Government*, Bússola Política (*Political Compass*), etc). Por um lado avalia-se a liberdade económica (esquerda-direita) e, por outro, a liberdade pessoal do sujeito enquanto cidadão (autoritarismo-liberdade). O nosso modelo, em concreto, enfatiza a presença ou ausência de liberdade económica, mais do que a questão da redistribuição da riqueza.

Tendo em conta este modelo bidimensional, é possível identificar quatro quadrantes distintos: o primeiro representa a esquerda autoritária (menor liberdade económica e pessoal); o segundo pertence à direita autoritária (maior liberdade económica e menor liberdade pessoal); o terceiro é relativo à esquerda libertária (menor liberdade económica e maior liberdade pessoal); o quarto destina-se à direita libertária (maior liberdade económica e pessoal). Convém, ainda, realçar que estes quadrantes representam um contínuo e, como tal, dentro do mesmo quadrante podem resultar ideologias políticas bastante diferentes entre si. Nos referidos quadrantes, podem colocar-se as seguintes correntes políticas, da seguinte forma: Estalinismo, no primeiro quadrante caracterizado por alta limitação de liberdade económica e individual; Thatcherismo e Nazismo no segundo quadrante; no terceiro quadrante situam-se personalidades como Mahatma Gandhi ou Nelson Mandela que acreditam na importância suprema de cada indivíduo, apresentando altos índices de liberdade individual; no quarto quadrante, é colocado o Liberalismo Clássico que defende um sistema económico sem intervenção do Estado.

A análise deste modelo, feita pelos autores do Bússola Política (2005), demonstra a importância de se considerarem os dois referidos eixos em simultâneo. Tenha-se em consideração o eixo contínuo bipolar de esquerda-direita, onde se podem colocar, por exemplo, o Estalinismo e Maoísmo na extremidade esquerda, retratando as suas políticas económicas altamente centralizadas e controladas pelo Estado ou, no polo contrário, as medidas adotadas por Thatcherismo e Pinochetismo, que contemplam uma muito menor, ou praticamente inexistente, intervenção e regulação do mercado.

Seria, no entanto, uma séria imprecisão teórica considerar que as referidas correntes político-ideológicas divergem apenas no ponto de vista do funcionamento da economia e que

mais aspeto nenhum as diferencia, sem ser o facto de poderem ser apelidados de «esquerda» ou de «direita». Em política, a dimensão social também é de elevada importância, pelo que a introdução do segundo eixo contínuo bipolar, autoridade vs. liberdade, ajuda a complementar a análise.

Com a introdução deste modelo de análise política, desfazem-se alguns mitos, tais como: os traços de autoritarismo podem, teoricamente, estar presentes quer na esquerda quer na direita; a liberdade económica é possível (dentro de determinados limites) mesmo que exista um grande controlo estatal sobre a liberdade individual das pessoas; o oposto de fascismo (pouca liberdade individual) é o anarquismo (social-liberalismo com elevada liberdade individual); o oposto de comunismo (economia e vida pessoal centralmente controlada pelo estado) é o liberalismo (economia de mercado livre e ausência de intervenção governamental).

A recente disputa pela eleição do candidato do Partido Republicano às Presidenciais dos Estados Unidos da América (2012) veio, igualmente, mostrar a importância de se ter consciência deste modelo político bidimensional. Sendo que os quatro candidatos que iniciaram a corrida, Mitt Romney, Ron Paul, Newt Gingrich e Rick Santorum, pertencem ao mesmo partido, era de esperar que tivessem visões políticas muito semelhantes mas, na realidade, verificam-se algumas questões divergentes que fazem toda a diferença perante o eleitorado. No entanto, Paul destacava-se como sendo contra o controlo do Estado aos níveis quer económico quer de liberdade individual, contrastando assim com os demais pré-candidatos, no sentido em que todos eles eram favoráveis a menos Estado na economia mas, mais Estado no controlo da vida privada.

1.3.4. Valores e ideologia política

Feita a explicação da dimensão autoritarismo, ressaltam pontos de contacto entre os valores de conservação de Schwartz (obediência, bom comportamento, tradição e segurança) e pessoas que apresentem traços de personalidade autoritários. Alguns autores têm vindo, igualmente, a apontar a resistência à mudança como uma das características que está na génese do pensamento da direita política (Erikson, Luttbeg, & Tedin 1988; McClosky & Zaller 1984; Muller 2001). Concretamente, Wilson (1973) define conservadorismo como a resistência à mudança e a tendência para preferir formas tradicionais, seguras e convencionais de comportamento. Conforme Barnea e Schwartz (1998) e Devos, Spini e Schwartz (2002),

este tipo de motivações está intimamente ligado a eleitores conservadores e de direita. Greenberg e Jonas (2003) recusam esta ideia, pois entendem que a resistência é mais característica dos extremos políticos do que, propriamente, exclusividade da direita.

Assim, verifica-se que os valores universais enquanto dimensões mais estáveis, estruturam de alguma forma as orientações político-ideológicas.

Tendo em conta este modelo bidimensional de orientação político-ideológica, compreende-se que a conservação tanto pode residir na direita como na esquerda, e tanto nas questões da autoridade como da liberdade: tudo depende se nos referimos a conservadorismo socioeconómico ou conservadorismo na liberdade individual. Em resposta a Greenberg e Jonas, Jost *et. al.*, (2003) reafirmaram a ideia de que o conservadorismo é exclusivo da direita, explicando que, efetivamente, a direita até pode promover a mudança mas sempre com o intuito de retornar a valores culturais ancestrais, onde se incluem as tradições religiosas e as divisões históricas de trabalho no seio da família.

Fazendo o paralelo com a teoria de Schwartz (1992, 1994, 2006) pode-se então concluir que uma orientação ideológica de direita é, em parte, estruturada por valores de conservação e uma orientação ideológica de esquerda por valores de abertura à mudança.

Outra questão na qual os valores surgem como facilitadores à análise da ideologia política é na aceitação da desigualdade social e no favorecimento de hierarquias. Jost e colaboradores (2003) apontam a direita política como mais propensa a aceitar uma sociedade mais estratificada, enquanto que a esquerda se esforça por aproximar as pessoas, recusando uma hierarquia social vincada, o que reflete consenso no âmbito da literatura das ciências sociais em geral, e da psicologia em particular (Altemeyer, 1996; 1998; Sidanius & Pratto 1999). Assim, o igualitarismo de esquerda é produto dos valores da autotranscendência e a hierarquização associada à direita da autopromoção (Barnea & Schwartz, 1998). De igual forma, Viegas (2003) afirma que a oposição de valores igualitários a valores de individualismo meritocrático, em Portugal, surge associada à solidariedade. Do ponto de vista teórico, esta noção pode ser explicada pelo binómio de valores que na tipologia de Schwartz opõe universalismo e benevolência a poder e competição: o igualitarismo decorre do universalismo (associado à esquerda) e o individualismo meritocrático do poder (associado à direita).

No que concerne à segurança, seguimento de regras e manutenção da ordem social, as três variáveis correlacionam-se positivamente com ideologias de direita (Altemeyer, 1998), onde novamente se encontram pontos de contacto com padrões de valores conservadores que

privilegiam a tradição, a obediência, o bom comportamento, etc (Schwartz, 2006). Por oposição, a esquerda surge associada à atribuição de menor relevância aos fatores enunciados, sendo que em períodos de ameaça externa, os líderes de direita são mais regularmente chamados à ação (Doty, Peterson, & Winter 1991; McCann 1997; Sales 1973).

Partindo desta base teórica de relações entre constructos, e assumindo que as orientações político-ideológicas são parcialmente moldadas pelas estruturas de valores universais aprendidas, estruturámos algumas hipóteses sobre a influência das dimensões de valores sobre as orientações político-ideológicas (ver secção Hipóteses).

1.4. Modelos relacionais

1.4.1. Formas de interação interpessoal

Indiscutivelmente um ser social, o homem despende grande parte do dia em interações com outros, desde familiares, amigos, colegas de trabalho, etc. De acordo com a teoria dos modelos relacionais (Fiske, 1991; 1992), estas interações podem assumir quatro formas possíveis, distintas e únicas, os denominados modelos relacionais. Existem, então, interações baseadas na comunhão, na hierarquia, na igualdade ou no mercado (Haslam & Fiske, 1999). Esta teoria pressupõe que cada forma de relacionamento pode ser definida como um amplo modelo de estruturação de relações que tem por base a satisfação de uma necessidade ou motivação, e que estas formas estão presentes em todas as culturas e geram a maior parte das interações sociais.

A comunhão remete para a noção de partilha, não só de recursos como de uma essência (exemplo: tipo de sangue) entre as pessoas e satisfaz motivações de intimidade e afiliação. Desde as sociedades recolectoras que esta é uma prática comum, uma vez que os caçadores partiam em busca de alimento e este seria, posteriormente, propriedade de toda a tribo (Marshall, 1961), podendo cada pessoa retirar a porção que achasse adequada sem haver nenhum tipo de contabilidade sobre quem tirou o quê ou quanto. Da mesma forma, já Marx (1875) afirmava que “de cada qual, segundo a sua capacidade; a cada qual segundo as suas necessidades” numa clara alusão a este princípio de contribuição para o bem comum. Para além da partilha indiferenciada de recursos e altruísmo, este modelo relacional é caracterizado pela afetividade entre os membros do grupo, conformismo, tomada de decisão de forma

unanime e por não existirem estatutos maiores ou menores (Brito, Waldzus, Sekerdej, & Schubert, 2011; Haslam & Fiske, 1999; Lickel, Rutchick, Hamilton & Sherman, 2006).

A hierarquia tem por base o conceito de assimetria entre os membros do grupo (Fiske, 19992), sendo que os que têm estatuto superior exercem influência e autoridade sobre os de estatuto menor (Haslam & Fiske, 1999). Este modelo procura satisfazer motivações complementares de dominância e subordinação (Brito *et al.*, 2011). Para que estas noções assimétricas de estatuto se deem, é preciso que existam diferenciadores teóricos *a priori* que sirvam para distribuir as pessoas entre estatutos mais e menos «elevados», como são a idade (Brito *et al.*, 2011), o género, a classe social, etc (Haslam, 2004). Desta forma, os recursos são distribuídos no grupo mediante as diferenças de estatuto, a influência entre membros é assimétrica e a tomada de decisão vem de cima para baixo (Haslam & Fiske, 1999).

Por sua vez, a igualdade manifesta-se por via de equilíbrios nas interações que satisfazem motivações de justiça, reciprocidade e compensação (Brito *et al.*, 2011). Algumas situações de igualdade transversais à sociedade são, por exemplo, o lançamento de moeda ao ar, um voto por cidadão em eleições, distribuição de recursos de forma igual, metades de campos desportivos simétricas, igual número de jogadores por equipa de futebol, etc. (Haslam, 2004). Neste modelo relacional, as pessoas tendem a efetuar uma contabilidade do quanto «dão» e «recebem» de forma a verificarem se o pressuposto básico que lhe está subjacente – a igualdade – está a ser cumprido (Fiske, 1992).

O quarto e último modelo relacional é o mercado. Remete-nos para uma noção de escala comum de valor (Haslam & Fiske, 1999), estando intimamente ligado a análises de custo-benefício. Os sujeitos avaliam, então, o rácio entre o que «dão» e o que «recebem», tentando maximizar os seus «ganhos» (Fiske, 1992). Estas interações satisfazem motivações de eficiência, equidade e sucesso (Brito *et al.*, 2011), e podem ser expressas através de alguns rácios bem presentes no dia-a-dia, como são os casos dos preços, ordenados, rendas, *odds* de casas de apostas, entre outros (Haslam, 2004).

1.4.2. Grupos de interação

Conforme Brito e colaboradores, (2011), as interações não se dão no vácuo social mas sim em grupos bem definidos já referidos e identificados anteriormente. É, portanto, expectável que, embora os quatro tipos de modelos relacionais sejam utilizados um pouco por

todos os grupos sociais, é igualmente de esperar que diferentes tipos de grupos variem no uso de cada um dos modelos relacionais.

Assim, segundo Fiske (1991), a comunhão é mais característica em grupos intimamente ligados, quer por via de sanguinidade, afinidade ou pela partilha de objetivos e valores em comum. Alguns exemplos são os casais, os namorados, a família, os grupos étnicos ou grupos religiosos e ainda equipas, gangues ou pequenos grupos militares. Já as relações de autoridade são típicas de grupos onde existe marcadamente uma hierarquia ou uma liderança, como acontece no mundo dos negócios, nas instituições públicas, nas forças armadas, nas entidades geopolíticas, dentro da família ou da escola, ou nas interações entre os binómios pais-filhos e alunos-professores. A igualdade manifesta-se regularmente em grupos onde as pessoas têm o mesmo estatuto, direitos e deveres, como por exemplo grupos de amigos, colegas de escola ou de trabalho em posições hierárquicas similares, etc. Por último, o mercado, está orientado para os negócios e organizações como a bolsa, as casas de apostas, os sindicatos e outras entidades profissionais (Brito *et al.*, 2011).

Parcialmente confirmadas por estudos anteriores (Bond & Brockett, 1987; Goodwin, 1999; Koerner, 2006; Lickel *et al.*, 2006; Realo, Allik, & Vadi, 1997; Realo, Käästik & Allik, 2004; Wellman, 1987), estas suposições careciam de explicação detalhada sobre a forma como membros em diferentes grupos moldam a construção de relações interpessoais. Assim, Brito e colaboradores (2011) demonstraram que a frequência da adoção de determinado modelo relacional nas interações interpessoais depende do grupo em que estas mesmas interações se dão. Os resultados dessa investigação permitiram concluir que a comunhão surge mais associada às interações familiares, a igualdade manifesta-se igualmente na família e nas amizades, a hierarquia tanto na família como nas organizações, e o mercado sobretudo nas organizações.

1.4.3. Papel dos modelos relacionais enquanto variáveis independentes

A introdução dos modelos relacionais no esquema da presente investigação surge por se terem encontrado sobreposições teóricas entre eles e outras dimensões em estudo, como os valores e as orientações político-ideológicas. Concretamente, as questões da hierarquia vs. igualdade aparecem como preditores do posicionamento esquerda-direita e adesão ao autoritarismo, tal como a comunhão engloba valores de universalismo e benevolência (preocupação com o bem-estar dos outros) e o mercado engloba a orientação para o sucesso e

meritocracia (autopromoção e direita política). Tendo em conta que os modelos relacionais não dependem apenas do próprio indivíduo, mas também do meio envolvente e este meio, através das relações que nele se desenvolvem, deverá influenciar os valores e orientações politico-ideológicas.

Capítulo 2 - Enquadramento sociológico: classes sociais e partidos políticos

2.1. Classes sociais e dimensões de análise

Seguindo a linha de estudos de Almeida e colaboradores (2010), procurou-se integrar as classes sociais no modelo da investigação, de forma a identificar diferenças nos padrões de valores e orientações político-ideológicas nos vários grupos de classe social. Estes autores consideram que os valores são promotores de ideologias com uma importância crucial na delimitação de padrões de classe. Esta relação entre valores e classes sociais exprime-se por via da semelhança de condições dentro de uma mesma classe e pela respetiva adoção de determinados modos de agir e pensar transversais, permitindo a comparação com e identificação de diferenças relativamente às práticas e representações de membros de outros grupos sociais.

No âmbito da sociologia das classes sociais e da estratificação, os modelos classificatórios mais recentes contemplam a análise conjugada de duas dimensões distintas: uma de cariz económico-profissional e outra simbólico-cultural (Almeida, 1986; Almeida, Costa & Machado, 1994; Costa, 1999; Costa *et al.*, 2000; Eder, 1993; Machado, 2002; Machado & Costa, 1998; Vester, 2003).

Um dos modelos de tipologia de classe amplamente utilizados nas ciências sociais em Portugal é o ACM (Almeida, Costa & Machado, 2006). Esta tipologia toma em consideração indicadores socioprofissionais (como a profissão e a situação na profissão) e socioeducacionais (como o nível de escolaridade) que, combinados entre si, originam uma matriz de sete lugares de classe: os empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL, inclui empresários e pequenos patrões, diretores e quadros dirigentes do Estado e empresas; diretores de pequenas empresas e organizações, profissionais intelectuais e científicos), os profissionais técnicos e do enquadramento (PTE, quadros intelectuais e científicos e os quadros técnicos intermédios), trabalhadores independentes (TI, profissionais técnicos e intermédios independentes), agricultores independentes (AI, trabalhadores independentes do sector primário), empregados executantes (EE, quadros administrativos intermédios: empregados administrativos do comércio e serviços e trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados), assalariados agrícolas (AA, assalariados do sector primário e trabalhadores não qualificados do sector primário) e operários industriais (OI, operários qualificados, semiquaificados e não qualificados).

Dos indicadores socioprofissionais, a análise da profissão permite aceder a dados analíticos referentes à posição nas relações de produção, a dimensão da organização, a especialidade profissional, o tipo e nível de qualificação, a posição na hierarquia organizacional e, de uma forma mais subjetiva, o sector de atividade e o *status* social da profissão (Lima, Dorés & Costa, 1991). Por sua vez, a situação na profissão, que se desdobra em patrões, trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares e trabalhadores por conta de outrem, permite inferir acerca da posição nas relações de produção. Já os indicadores socioeducacionais revelam-se importantes pois impactam diretamente nas transformações tecnológicas e económicas, cívicas e políticas, comunicacionais e culturais da atualidade, permitindo entender as reconfigurações de estilos de vida, processos de mobilidade e exclusão social, formação de disposições pessoais e orientações de vida. Destaca-se, igualmente, a importância da detenção de capital que é, historicamente, uma clivagem entre classes trabalhadoras e patrões. (Machado *et al.*, 2003). Fazendo um paralelo entre o modelo ACM e as denominações clássicas de classe social, resulta que a burguesia é composta pelos EDL, a pequena burguesia ou classe média por PTE, TI, AI e EE e, por último, o proletariado contempla os AA e os OI (Almeida, Costa & Machado, 1988).

Para a presente investigação, optou-se por uma reconfiguração da tipologia ACM por via da necessidade de consideração de novas profissões e situações profissionais que caracterizam a volatilidade do mercado de trabalho atual. A partir dos indicadores socioprofissionais detenção de capital (ter capital próprio vs. não ter capital próprio), posição dirigente (exerce autoridade vs. não exerce autoridade) e do indicador socioeducacional qualificação (qualificação superior vs. qualificação não superior) chegou-se a oito lugares de classe: EDL – Empresários (patrões de empresa que detêm capital), dirigentes (de empresas ou organismos públicos) e profissionais liberais (trabalhadores por conta própria com qualificação superior, como médicos, arquitetos ou advogados); PIC – Profissionais Intelectuais e Científicos (trabalhadores por conta de outrem com qualificação superior como investigadores, juristas, médicos, professores do ensino secundário e universitário, escritores, etc); PT - Profissionais Técnicos (trabalhadores por conta de outrem com qualificação intermédia como enfermeiros, contabilistas, *webdesigners*, técnicos informáticos, pilotos, etc); PE - Profissionais de Enquadramento (trabalhadores por conta de outrem com qualificação intermédia a superior que administram/gerem o trabalho de outros profissionais, como gestores de recursos humanos, gestores de manutenção, chefes de secção, orçamentistas, coordenadores de projetos, etc); TI – Trabalhadores Independentes (trabalhadores por conta

própria sem qualificação superior como animadores culturais, gerência de pequenos negócios sem empregados, canalizadores, eletricitas, colaboradores na comunicação social, artesãos, oleiros, carpinteiros etc); EE - Empregados Executantes (trabalhadores por conta de outrem sem qualificação superior, como assistentes comerciais, vendedores, operadores telefônicos, administrativos, caixas de supermercado, etc); OI – Operários Industriais (trabalhadores por conta de outrem sem qualificação superior, como pasteleiros, padeiros, metalúrgicos, empilhadores, etc). AA – Assalariados Agrícolas¹ (trabalhadores do setor primário por conta de outrem sem qualificação superior como pescadores, criadores de gado, mineiros, etc).

A partir de agrupamentos de classes (nomeadamente, grupos com qualificação superior vs. grupos com sem qualificação superior), procuramos identificar interações e efeitos relevantes com outras dimensões estudadas nesta investigação, como os valores universais, os valores de trabalho, a orientação político-ideologia e os modelos relacionais.

2.2. Partidos políticos portugueses: orientações programáticas e bases de apoiantes

Que tipos de respostas dão os partidos políticos portugueses aos desafios e contrariedades socioeconómicas que reemergiram ao longo da última década? Não se pretendendo fazer uma análise profunda das bases e raízes ideológicas de cada partido, é importante perceber que tipo de políticas adotam na resposta às adversidades com que se vêm confrontados diariamente, pois tal permitirá inferir acerca de modos de pensar e agir das suas bases de simpatizantes.

Os partidos políticos surgem, nesta investigação, numa lógica de convergência entre as diferentes noções de grupo abordadas na psicologia social. Afirmava Lewin (1947) que um grupo se caracteriza por ser constituído por pessoas mutuamente interligadas por relacionamentos sociais e, que por agirem em conjunto e se influenciarem entre si, geram dinâmicas próprias que os distingue de um simples conjunto aleatório de pessoas. Como tal, os partidos são organizações estruturadas que têm na sua génese uma ideologia ou uma identidade (Sartori, 1976; Ware, 1996). Ao criarem divisões os partidos criam, simultaneamente, sentimentos de partilha de comunidade, funcionando como elementos aglutinadores (Lisi, 2011).

Tendo em conta a dimensão esquerda-direita que se apresentou ao longo da investigação e os trabalhos de Lobo (2007) e Freire (2009), os partidos portugueses podem

¹ Apenas para efeitos classificativos, pois não teve representação na amostra recolhida.

distribuir-se esquematicamente num eixo bipolar unidimensional da seguinte forma, da esquerda para a direita: Partido Comunista Português (PCP), Bloco de Esquerda (BE), Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD) e Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP). O PCP é o partido que se encontra mais à esquerda, tendo experienciado no início dos anos 90 uma radicalização do seu posicionamento ideológico embora, mais recentemente com a criação do BE em 1999 (partido que se autodenominava mais à esquerda do PCP), a sua posição tenha vindo a ser mais moderada. Atualmente, em termos de políticas económicas, não existem grandes divergências entre os dois partidos, estando estas reservadas à inovação cultural vs. conservadorismo, vulgo propensão para abertura à mudança onde o BE se destaca; o PS surge logo a seguir, assumindo uma posição de centro-esquerda e com estabilidade ideológica no tempo (1978-2008). O partido tem adotado uma orientação pragmática influenciada pelas políticas económicas, nos anos 70 e 80 quando governou, com enfoque na valoração do bem comum (sistema nacional de saúde, segurança e protecção social, etc), e ter-se-á deslocado um pouco mais para o centro aquando da governação de António Guterres (1995-2002) e do ex-Primeiro Ministro José Sócrates (2005-2011); já os dois partidos mais à direita, o PSD e o CDS-PP, revelam alguma sobreposição ideológica, havendo intercâmbio dos respetivos eleitorados (Jalali, 2007). Mais à esquerda, durante a coligação de centro em 1985, e mais à direita, em 2002, quando Durão Barroso assumiu a liderança, o PSD têm-se deparado com o dilema de «necessitar» de ir buscar eleitorado do centro e da direita, o que tem resultado em alguma variabilidade de ideias e políticas. Por seu turno, o CDS-PP, com tendência a deslocar-se mais para a direita com o passar do tempo (1987-2005), por não apresentar divergências de maior com o PSD em termos de políticas – sobretudo – macroeconómicas, tem sido o seu parceiro preferencial para governos de coligação.

Apesar de existirem outros fatores diferenciadores entre simpatizantes de políticas de esquerda ou de direita, o principal foco desta clivagem são as políticas socioeconómicas. Tendo em conta o período pós-Estado Novo (com exceção do CDS-PP na década de 80 e do PSD na atual legislatura), os partidos portugueses têm adotado medidas económicas com maior ênfase no capitalismo regulado do que propriamente programas mais liberais. Ainda assim, o PCP destaca-se atualmente como o partido que mais enfatiza a importância do controlo da economia por parte do Estado e uma maior distribuição da riqueza, distanciando-se claramente dos partidos mais à direita (Budge, Klingemann, Volkens, Bara, & Tanenbaum, 2001; Klingemann, Volkens, Bara, Budge & MacDonalds, 2006).

Em termos de orientações programáticas², o PCP experienciou uma primeira década de democracia como partido cujas propostas assentavam na proteção dos interesses do proletariado, revelando ceticismo à integração na CEE, por considerar que seria um instrumento de implementação de privatizações, reduzindo os direitos sociais adquiridos com a instauração da democracia (Cabral, 1983). Posteriormente, e como consequência de ajustes programáticos (Bosco, 2000; 2001), o PCP tem vindo a defender a nacionalização de setores estratégicos como a energia, os transportes, a banca, a indústria ou as comunicações e a intervenção do Estado em questões socioeconómicas, nomeadamente a proteção dos trabalhadores, dos sistemas públicos de saúde e educação, dos reformados e no aumento do salário mínimo e incentivo de criação de novas infra-estruturas (como um novo aeroporto e o comboio de alta velocidade TGV).

Bem mais recente, o BE tem apresentado pontos de contacto com o PCP, especialmente no que diz respeito a políticas socioeconómicas. Inclusivamente, o BE defendeu um reforço do Estado-providência em áreas como a saúde, educação e segurança social, e procura a taxação do grande capital através de um Estado mais intervencionista. Porém, um dos êxitos do BE foi ter conseguido trazer ao debate político um razoável número de questões pós-materialistas relativas à cidadania, nunca antes abordadas, que apelaram a eleitorado sobretudo mais jovem e qualificado: as questões ambientais, de género, novos direitos, racismo, uma economia internacional mais justa e maior liberdade individual. Efetivamente, o BE apresenta uma orientação de partido da «nova esquerda» em que a crítica ao modelo capitalista assenta na defesa de políticas libertárias baseadas na autonomia dos indivíduos e nos direitos de autoexpressão. Distancia-se do «vizinho» ideológico PCP na questão da integração europeia, defendendo o seu aprofundamento por via do reforço da regulação económica e financeira dos Estados membros, e enfatiza ainda a valorização das diferenças culturais nas sociedades europeias.

O PS, por seu turno, tem-se vindo a caracterizar por uma lenta e gradual deslocação para o centro, abandonando progressivamente o seu legado de índole marxista referente ao período de transição democrática. Atualmente, o PS releva como prioridades programáticas o emprego, a educação, a reforma do sistema de saúde, a luta contra a pobreza, a equidade fiscal, a união monetária internacional, a luta contra a droga e a implementação da sociedade

² Baseado em programas eleitorais, declarações de princípios, estatutos partidários, debates de líderes partidários e análises de cientistas políticos como Lisi (2010) ou Freire (2004).

de informação³. Alguns autores têm, contudo, feito referência a eventuais «confusões» ideológicas no PS, fruto de momentos conturbados da história do país em que tem governado (Freire & Lobo, 2002; Lobo & Magalhães, 2004). A governação mais recente do PS, baseou-se, então no reforço do papel do Estado na economia (por exemplo construção de novas infra-estruturas e apoio direto às empresas) e no apoio às principais políticas sociais, negligenciando estrategicamente a contenção financeira e a redução do défice.

Já o PSD, fruto da heterogeneidade do grupo de dirigentes que o fundou, não tem apresentado, ao longo do tempo, uma ideologia sólida e contínua, mas sim ideias que dependem de líder para líder. Da combinação da referida heterogeneidade, o partido adota uma orientação programática resultante da combinação de componentes socio-liberais, sociais-democratas e tecnocráticas (Sousa, 2000). Como tal, faz sentido, analisar as atuações dos líderes, na medida em que estas influenciam fortemente as políticas do partido. Durante a primeira década da democracia, o PSD passou do «pragmatismo ideológico», defendendo a desmilitarização da vida política e a democracia liberal, à «social-democracia», distanciando-se do PS e, simultaneamente, do regime autoritário. Foi com Cavaco Silva que o partido melhor se definiu ideologicamente, havendo uma maior abertura à economia de iniciativa privada (desde transportes, comunicações, energia, etc) e à flexibilização do mercado laboral, seguindo rigorosamente as políticas financeiras traçadas pela Comunidade Europeia (Figueiredo, 2004). A revisão programática do partido em 1992 veio reforçar a necessidade de haver um estado regulador mas que não representasse um obstáculo à competição e à livre iniciativa privada. Porém, e mais recentemente, fruto da regular mudança de líder, o PSD ora tem estado mais orientado para a redução fiscal e contenção de despesas (sob liderança de Durão Barroso em 2002), ora para políticas sociais invocando a matriz social-democrata do partido (sob liderança de Marques Mendes em 2005). Atualmente, o líder do partido e primeiro-ministro Passos Coelho promoveu um regresso à inspiração mais liberal do partido, com a privatização de setores estratégicos do Estado ou a referência à necessidade de consideração da utilização da energia nuclear.

Por último, o CDS-PP está longe de ser um partido que faça a gestão consenso no que diz respeito à sua matriz ideológica. Com forte ligação à igreja católica (sobretudo na sua primeira fase de vida), o CDS apresenta semelhanças com o PSD, na medida em que também foi fundado por um conjunto heterógeno de personalidades. Ao longo do tempo, a defesa dos

³ Programa eleitoral apresentado por António Guterres (1995). Os programas de 2002, 2005, 2009 e 2011 não apresentam diferenças substanciais.

valores religiosos e a adesão à moral católica (Robinson, 1996) têm sido dois pontos fulcrais do partido, sendo que no, plano da economia, se aproxima dos partidos conservadores. Desde cedo preocupado em distanciar-se do regime autoritário e sob a liderança de Freitas do Amaral, o CDS adotou uma orientação moderada de partido, de centro, apoiando intervenção estatal nas áreas sociais e defendendo políticas económicas liberais. Gradualmente, foi-se focando mais nas questões ligadas à família, à sociedade e ao Estado-nação, não deixando nunca de fora a doutrina católica que caracteriza as bases programáticas do partido. Porém, já em plena década de 90, o partido assistiu a uma rutura fruto de uma nova liderança (Manuel Monteiro) que procurou inovar não apenas a agenda do partido mas também as suas características ideológicas, focando-se na rejeição do projeto federal europeu e do Tratado de Maastricht, e na limitação do papel do Estado na economia. Nesta altura, o partido adotou uma liderança mais «populista», dando destaque à pátria e à tradição rural, inspirado no sucesso de vários partidos conservadores na Europa. Atualmente, o CDS segue a linha traçada pela anterior liderança, com exceção da questão Europeia, continuando assim a defender uma nova ideia de Estado, menos «pesado» e mais eficiente, o apoio às empresas e o aumento da competitividade, a partilha entre o setor público e privado, no que se refere às políticas sociais, e a ênfase nas políticas de segurança e imigração.

Assim, os temas centrais que têm sido transversais a todo o debate político português e que, em última análise, são fatores decisivos para definir a simpatia partidária de alguém, são as políticas de planeamento da economia, do Estado-providência, da proteção do ambiente e defesa de grupos não económicos (Budge *et al.*, 2001 & Klingemann *et al.*, 2006).

Capítulo 3 - Hipóteses

Do conjunto das análises e resultados de estudos anteriores acima descritos sobre as estruturas das dimensões de valores, orientações ideológicas, e modelos relacionais, por um lado, e do sistema de classes sociais e partidos políticos portugueses, por outro, pudemos inferir uma série de hipóteses sobre as relações previsíveis entre estas variáveis.

Esperávamos que os tipos de valores universais de Schwartz, com o instrumento que usamos (ver método), se agregassem em quatro dimensões supraordenadas, tal como verificado em estudos anteriores (Ramos, 2006) (H1). Por seu turno, esperávamos que as dimensões de ideologia política assumissem uma estrutura em duas dimensões ortogonais, opondo esquerda vs. direita e o autoritarismo vs. liberdade (H2). Relativamente às estruturas de modos de relacionamento interpessoal, esperávamos que estas formassem quatro dimensões distintas e únicas no que respeita às relações com a família e às relações com a equipa de trabalho (H3).

Esperava-se que a as formas de relacionamento na família estruturassem a orientação ideológica e os valores (H4). Especificamente, esperava-se que a comunhão na família se refletisse numa preferência por políticas económicas orientadas para o Estado providência (esquerda) (H4a) e em valores de autotranscendência (H4b); que a hierarquia na família, por sua vez, se refletisse no autoritarismo (H4c), nos valores de conservação (H4d), de autopromoção (H4e) e de prestígio (H4f), visto todos apresentarem relações diretas com o exercício de poder.

Esperava-se, também, que os valores de autotranscendência, fruto da sua inerente orientação para o outro, estivessem associados aos valores de trabalho sociais (H5a). Inversamente previa-se que a autopromoção estivesse associada aos valores de trabalho prestígio (H5b).

Prevvia-se que a idade surgisse como inversamente proporcional à abertura à mudança, devido ao processo natural de envelhecimento (H6).

No que diz respeito à orientação política, esperava-se um efeito da autotranscendência e conservação na dimensão esquerda-direita, pois a autotranscendência tem a ver com a orientação para os outros, ligado à ideologia de esquerda, e a conservação mais associada à direita pois, frequentemente, os partidos da direita (principalmente no mundo ocidental) defendem o *status quo* em matéria de valores sociais e culturais (H7a).

Também se previa um efeito dos valores de conservação na adesão a ideais autoritários os quais têm a ver com a estabilidade das estruturas de poder (H7b).

Em termos de dimensões de classe social, previa-se que existissem efeitos nas orientações políticas. Concretamente, os detentores de capital próprio deveriam situar-se mais à direita (H8a) e, participantes com qualificação não superior deveriam aproximar-se mais do autoritarismo (H8b).

Tendo em conta o conhecimento da cena político-partidária nacional, esperava-se que os participantes com diferentes simpatias partidárias apresentassem diferenças ao nível dos valores e orientações político-ideológicas (H9) e que, numa escala esquerda-direita, os partidos pelos quais os participantes nutrem simpatia se configurassem da seguinte forma: PCP, BE, PS, PSD e CDS-PP, estando os primeiros mais à esquerda e os últimos mais à direita (H10). Esperava-se que os simpatizantes do BE fossem os mais propensos à mudança (H10a) e os do CDS-PP os mais conservadores (H10b). Da mesma forma, previa-se que os simpatizantes do BE rejeitassem mais o autoritarismo (H10c) e os do CDS-PP os que mais aderissem ao autoritarismo (H10d). Era, também, expectável que os simpatizantes do PCP elegessem a autotranscendência como a dimensão de valores mais prioritária (H10e) e que se diferenciasssem dos vizinhos ideológicos do BE na questão da abertura à mudança (H10f). Entre simpatizantes do PS e PSD não eram esperadas diferenças nas opções socioeconómicas (H10g). Devido às já esperadas relações entre dimensões que envolvem hierarquia, exercício de poder e autoridade, esperava-se que os simpatizantes do CDS-PP fossem os que mais valorizam o prestígio da função laboral (H11).

Capítulo 4 - Método

4.1. Participantes e procedimento

Foi recrutada uma amostra de 206 participantes *on-line*, através do software de elaboração e distribuição de questionários *Qualtrics*, mediante apresentação de uma hiperligação que direcionava o participante para o estudo e para todas as instruções que eram necessárias seguir de forma a validarem a sua participação. A distribuição da hiperligação foi feita em espaços sociais diversificados, incluindo empresas, sedes de partidos políticos e juventudes partidárias, redes sociais, universidades, e a rede familiar, de colegas e de amigos do autor. Procurou obter-se uma amostra diversificada em termos etários, de qualificações académicas, de grupos socioprofissionais e de simpatias partidárias.

O único critério para a participação foi a maioridade, de forma a estar em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais e regras éticas de investigação em psicologia, que requerem a autorização dos pais ou tutores legais de menores. Da totalidade dos participantes, 49 desistiram, resultando então numa amostra final de 157 participantes ($M_{idade} = 38.73$; $DP_{idade} = 12.50$, $\%_{homens} = 57$).

Esta amostra é relativamente qualificada (Doutoramento 7%, Mestrado 16%, Licenciatura, 41%, Curso Médio, 15%, Ensino Secundário 11%, 3º Ciclo 7%, 2º Ciclo 1% e 1º Ciclo 1%). Os estados civis estão distribuídos da seguinte forma: cerca de 36% são solteiros, 39% casados, 10% vivem em união de facto, 14% divorciados e 1% viúvos.

A qualificação superior e a detenção de capital próprio são uma realidade em cerca de 64% e 24% da amostra, respetivamente. Em termos de situação na profissão, cerca de 10% são empresários (donos de empresa com empregados), 13% trabalhadores independentes (empresários individuais sem empregados), 70% empregados por conta de outrem e 7% desempregados. De acordo com o modelo de classificação de grupos socioprofissionais de Almeida, Costa e Machado⁴, esta distribuição corresponde a cerca de 16% EDL (Empresários, Dirigentes e Liberais, sendo estes últimos 6%), 13% PIC (Profissionais Intelectuais e Científicos), 33% são PIC (Profissionais Técnicos), 8% PE (Profissionais de Enquadramento), 9% TI (Trabalhadores Independentes), 16% EE (Empregados Executantes) e 5% OI

⁴ O modelo classificação contempla a possibilidade de desagregação em subcategorias, neste estudo desagregamos o grupo Profissionais Técnicos e de Enquadramento em Profissionais Técnicos e em Profissionais de Enquadramento por ser o grupo mais representado na amostra, permitindo desta forma uma análise mais fina.

(Operários Industriais). O grupo dos AI (Assalariados Agrícolas) não está presente na amostra.

No que diz respeito à simpatia partidária, 48% dos participantes não declara nenhuma; dos que declaram, 12% simpatizam com o PSD ($M_{idade} = 43.72$, $DP_{idade} = 12.40$; $n_{homens} = 7$), 11% com o PS ($M_{idade} = 39.30$, $DP_{idade} = 11.92$; $n_{homens} = 7$), 10% com o CDS-PP ($M_{idade} = 36.60$, $DP_{idade} = 11.85$; $n_{homens} = 8$), 7% com o PCP ($M_{idade} = 45.27$, $DP_{idade} = 14.96$; $n_{homens} = 9$), 5% com o BE ($M_{idade} = 36.75$, $DP_{idade} = 11.31$; $n_{homens} = 5$), 2% com o Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) e 5% com outros partidos sem assento parlamentar.

Tendo em conta a Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS II), os participantes distribuem-se pelas seguintes sub-regiões portuguesas: cerca de 66% da Grande Lisboa, 17% do Centro, 7% do Norte, 7% do Alentejo, 1% do Algarve, 1% da Região Autónoma da Madeira e 1% da Região Autónoma dos Açores. Assim, deve-se considerar esta amostra como mais representativa da Grande Lisboa do que do resto do país.

4.2. Instrumento

Os participantes eram convidados a participar num trabalho sobre “orientação de valores, cultura política e preferências relacionais”, realçando que para tal necessitavam apenas de preencher um questionário de uma forma sincera e onde as respostas dadas deveriam refletir as suas experiências pessoais e crenças íntimas, não havendo opções certas nem erradas, e garantido a confidencialidade dos dados recolhidos. O questionário incluía uma diversidade de escalas, sendo que a ordem de apresentação dos itens, dentro de cada escala, era aleatória e as variáveis dependentes eram apresentadas primeiro, de forma a que a resposta às escalas das variáveis independentes não pudessem influenciar os participantes nas suas respostas às variáveis dependentes. As fiabilidades das escalas resultantes são apresentadas na primeira parte da secção de Resultados, na análise das estruturas dos valores, orientações políticas e modelos relacionais.

Para medir os *valores universais*, usou-se a versão reduzida (21 itens) da escala de valores universais de Schwartz (*Portrait Values Questionnaire*, 1992, tradução portuguesa utilizada no Eurobarómetro português de 2002, ver apêndice I)⁵ cujos itens constituem descrições de pessoas com determinadas características, com as quais os participantes

⁵ A escala original tem uma versão diferente para os sexos masculino e feminino, mas visto ter-se aplicado o questionário *on-line* e não se podendo conhecer *a priori* o sexo do participante, transformou-se esta escala numa escala unissexo, referindo ‘pessoa’ em vez de ‘homem’ ou ‘mulher’.

deveriam indicar o seu grau de identificação, refletindo os dez tipos de valores universais que Schwartz identifica na sua teoria: autodirecionamento, estimulação, hedonismo, realização, poder, segurança, conformidade, tradição, benevolência e universalismo (exemplo: “Uma pessoa que acha que as pessoas devem fazer o que lhes mandam. Acha que as pessoas devem cumprir sempre as regras mesmo quando ninguém está a ver.”, “1 = Exactamente como eu” a “5 = Nada parecido comigo”).

Para medir os *valores de trabalho*, usou-se a escala *Work Values Survey* (Ros *et al.*, 1999, ver apêndice II), que foi traduzida para português mediante comparação da versão original e de uma retroversão inglesa feita por tradutor bilingue. Esta escala remete para as preferências por características de funções laborais, distinguindo os diferentes tipos de valores de trabalho subjacentes. Para cada item, perguntava-se qual a importância que o participante atribuía a cada uma das características de trabalho descritas (exemplo: “Bom salário e boas condições de trabalho”, “1 = Muito importante” a “5 = Nada importante”).

As orientações políticas foram medidas através de dois instrumentos distintos, que avaliam as dimensões esquerda-direita (apêndice III) e o autoritarismo vs. liberdade (McConochie, 2007; ver apêndice IV).

A dimensão *esquerda-direita* é avaliada por uma escala composta por 10 itens de afirmações normativas de cariz socioeconómico. Esta escala representa uma adaptação e aperfeiçoamento de uma escala semelhante, elaborada no decorrer do ano letivo de 2010/11 no âmbito da cadeira de Métodos de Investigação em Psicologia Aplicada II deste curso de mestrado (Araújo, Guedes, Lopes & Santos, 2011), a partir dos programas eleitorais disponibilizados pelos partidos concorrentes às Eleições Legislativas de 2011, da leitura e análise dos estatutos, missão, pilares ideológicos desses partidos e da participação em e do visionamento de seminários e debates de cariz político-ideológico entre membros dos partidos e juventudes partidárias. Assim, foram construídos itens que distinguem muito claramente posições do espectro político-partidário perante algumas das grandes temáticas do panorama nacional, como a intervenção estatal na economia ou a flexibilização das leis laborais. Perante as afirmações, os participantes deveriam indicar o grau de concordância (exemplo: “O Estado deve investir em grandes obras públicas, porque estas promovem a sustentabilidade do país a longo prazo”. “1 = Discordo fortemente” a “5 = Concordo fortemente”).

O *autoritarismo* foi avaliado através da escala de McConochie (*Authoritarianism Endorsement Scale*, 2007). Esta escala, parte do princípio de que o autoritarismo é um traço de personalidade e avalia em que medida o participante concorda ou não com diferentes

formas de restrição de liberdade e obediência às autoridades instituídas (exemplo: “Os jornalistas devem ser livres de criticar e brincar com políticos e outros líderes.”, “1 = Discordo fortemente” a “5 = Concordo fortemente”). A escala foi traduzida para português, tendo a versão portuguesa sido a seguir sujeita a retroversão para língua inglesa feita por tradutor bilingue e esta comparada com a versão original.

Os *modelos relacionais na família e na equipa de trabalho* foram medidos através de duas escalas equivalentes, uma para medir a relação dos participantes com a sua família e outra para medir a sua relação com a sua equipa de trabalho⁶, compostas por 17 itens cada (ver apêndice V), e que refletem os diferentes modos de relacionamento na teoria dos modelos relacionais: comunhão, hierarquia, igualdade e mercado (Haslam & Fiske, 1999). Para chegar à versão da escala utilizada nesta dissertação, seguiu-se o seguinte processo: adaptação da escala de modelos relacionais nas relações interpessoais (*Modes of Relationship Questionnaire*, Haslam & Fiske, 1999; versão portuguesa de Brito, Waldzus, Sekerdej & Schubert, 2011) às relações grupais ficando, dos 17 itens, 4 por cada tipo de modelo relacional e um extra para a comunhão com descrições de formas de relacionamento entre os membros de um grupo⁷. Perante estas descrições, os participantes deveriam indicar o grau de concordância (exemplo: “Sentimos que devemos ser bondosos e gentis uns com os outros.”, “1 = Discordo fortemente” a “5 = Concordo fortemente”). Posteriormente, outro tradutor bilingue (sem ver a versão inglesa já criada) efetuou uma retroversão de modo a obter duas versões.

⁶ Apenas a comunhão e a hierarquia na família revelaram bons índices de fiabilidade, assim não se analisaram nem se apresentaram resultados relativos às relações entre equipas de trabalho.

⁷ Esta adaptação foi feita em versão bilingue em colaboração entre o autor da dissertação, os colegas de seminário de investigação, o orientador, e diversos investigadores ativos na área dos modelos relacionais, incluindo Alan P. Fiske (o autor a teoria), Thomas Schubert, e Sven Waldzus, e um tradutor bilingue fez uma retroversão independente português-inglês (sem ver a versão inglesa) de forma a garantir a fiabilidade da tradução.

Capítulo 5 - Resultados

5.1. Estruturas dos valores, orientações políticas e modelos relacionais

Como esperado (H1), dados os resultados anteriores com este instrumento de 21 itens, os dez tipos de valores universais não apresentaram índices de fiabilidade suficientemente satisfatórios para formarem medidas, pelo que se optou pela construção de quatro escalas, correspondendo aos quatro quadrantes supraordenados de valores: autopromoção (poder e realização, $\alpha = 0.73$), conservação (conformidade, tradição e segurança, $\alpha = 0.74$), abertura à mudança (estimulação e autodirecionamento $\alpha = 0.74$) e autotranscendência (benevolência e universalismo, $\alpha = 0.70$). Deixaram-se de fora da análise os itens de hedonismo⁸, que reduziriam a fiabilidade das escalas quer na abertura à mudança, quer na autopromoção (os dois quadrantes com os quais tinham correlações positivas). As correlação entre todos os itens de medida dos valores escala pode ser consultada na tabela 1.

Das escalas de valores de trabalho resultaram apenas dois dos quatro tipos de valores contemplados na teoria original: os sociais ($\alpha = 0.66$), e os de prestígio ($\alpha = 0.73$). Os valores extrínsecos ($\alpha = 0.37$) e os intrínsecos ($\alpha = 0.25$) não apresentaram valores de fiabilidade suficientemente bons para se efetuarem análises, pelo que foram ignorados.

A escala esquerda-direita ($\alpha = 0.70$) foi melhorada em relação à sua versão inicial referida na seção “Instrumento”, havendo a necessidade de ajustar alguns itens que não distinguiam tão bem quanto desejável as diferenças entre os polos. Era ainda apresentada uma questão única, adaptada do Inquérito Social Europeu e Eurobarómetro, em que se pedia aos sujeitos para se situarem numa escala de 1 (esquerda) a 10 (direita), tendo-se verificado que este item estava positivamente correlacionado com a nossa escala esquerda-direita ($r = 0.65$), o que indica que a escala que construímos tem uma boa relação com a representação explícita deste eixo no discurso social. A segunda dimensão que avalia a orientação politico-ideológica, o autoritarismo, também apresentou bons níveis de fiabilidade ($\alpha = 0.73$).

Concluimos que, a hipótese 2 é parcialmente verificada, não se tendo encontrado uma ortogonalidade das dimensões esquerda-direita e autoritarismo-liberdade, apesar de serem dimensões independentes (H2) funcionando como complementares de análise ($r = -0.28, p < 0.001$).

⁸ O hedonismo partilha, segundo o modelo circumplexo de valores da teoria de Schwartz, um espaço entre os quadrantes “autopromoção” e “abertura à mudança”.

Quanto às escalas dos modelos relacionais, apenas a comunhão e a hierarquia na família revelaram bons índices de fiabilidade (comunhão, $\alpha = 0.69$; hierarquia, $\alpha = 0.78$). Assim, quer a igualdade e o mercado na família, quer a comunhão, hierarquia, igualdade e mercado na equipa de trabalho ficaram de fora das análises, não se confirmando a hipótese 4.

5.2. Associações entre valores, valores de trabalho e orientações político-ideológicas

5.2.1. Correlações

A tabela 2 ilustra as correlações entre todas as variáveis em estudo. Destaca-se a associação marginal da comunhão na família com o posicionamento ideológico de esquerda, confirmando a hipótese 4a, não apresentando no entanto associação com valores de autotranscendência (H4b). Já a hierarquia na família, não se correlacionou significativamente com os valores de prestígio (H4e) e a autopromoção (H4f), onde em ambos os casos a correlação é apenas marginal. Confirma-se aqui alguma tendência de relação entre variáveis devido à relação direta que todas elas apresentam com o exercício do poder.

A idade confirmou ser inversamente proporcional aos valores de abertura à mudança, remetendo-nos para a evolução natural dos traços de personalidade identificado no modelo *Big Five* (H6).

Tabela 1

Correlações entre itens da escala de valores universais

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
1. Riqueza	1																				
2. Autoridade	.35**	1																			
3. Sucesso	.40**	.28**	1																		
4. Capacidades	.42**	.42**	.61**	1																	
5. Ajudar	-.01	.20*	.13	.11	1																
6. Dedicação	-.03	.14	.07	-.01	.51*	1															
7. Igualdade	-.10	-.00	-.02	.04	.38**	.35**	1														
8. Ouvir	-.02	.02	.15	.24**	.24**	.25**	.35**	1													
9. Natureza	-.04	.19*	.05	.07	.36**	.28**	.41**	.19*	1												
10. Bons momentos	.27**	.18*	.24**	.23**	.21**	.22**	.16	.38**	.04	1											
11. Coisas diferentes	.14	.10	.21**	.29**	-.06	-.07	-.01	.19**	.14	.26**	1										
12. Aventura	.10	.08	.23**	.20*	-.01	.09	.20*	.26**	.20*	.25**	.52**	1									
13. Prazer	.28**	.11	.35**	.21*	.10	.16*	.11	.24**	.14	.51**	.36**	.38**	1								
14. Criatividade	.11	.12	.28**	.29**	-.01	.11	.11	.29**	.11	.20	.51**	.48**	.26**	1							
15. Livre	.10	.21**	.26**	.15	.03	.10	.10	.19	.15	.28**	.06	.30**	.13	.34**	1						
16. Tradição	.21**	.23**	.07	.08	.15	.11	.01	-.06	.08	.10	.07	-.02	.08	.15	.08	1					
17. Humildade	-.03	.10	-.06	-.03	.24**	.39**	.25**	.23**	.06	.20*	-.11	-.03	.02	.03	.16	.18*	1				
18. Obediência	.27**	.25**	.04	.15	.05	.02	.16*	.12	.18*	.09	-.11	-.09	.05	-.00	.08	.27**	.18*	1			
19. Bom comportamento	.24**	.32**	.01	.14	.13	.10	-.00	-.10	.00	-.01	-.10	-.18*	-.03	-.13	.04	.53**	.23**	.52**	1		
20. Segurança	.23**	.29**	.21**	.16	.13	.22**	.09	.06	.11	.17*	-.08	-.19*	.07	.05	.17*	.46**	.26**	.32**	.41**	1	
21. Estado defende	.03	.33**	.03	.16*	.32**	.18*	.37**	.23**	.34**	.18*	-.03	.01	.00	-.03	.08	.12	.17*	.25**	.16*	.35**	1

* $p < .05$; ** $p < .001$ (autopromoção = 1+2+3+4; autotranscendência = 5+6+7+8+9; conservação = 16+17+18+19+20+21; abertura à mudança = 11+12+13+14+15)

Tabela 2

Correlações entre idade e modelos relacionais na família, dimensões de valores e orientações políticas (n = 157)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. Idade	1										
2. Comunhão na família	.09	1									
3. Hierarquia na família	-.04	.00	1								
4. Esquerda (económica)	.19*	.14	-.18*	1							
5. Autoritarismo	.02	.03	.29**	-.28**	1						
6. Autopromoção	-.34**	-.04	.15	-.11	.08	1					
7. Conservação	.00	-.00	.38**	-.16*	.42**	.26**	1				
8. Abertura à mudança	-.29**	-.09	.05	.01	-.00	.36**	-.06	1			
9. Autotranscendência	.13	.11	.02	.36**	-.03	.04	.17*	.15	1		
10. Valores sociais	-.07	.11	.02	.05	.10	.04	.11	.21**	.34**	1	
11. Valores prestígio	.04	-.12	.14	-.36**	.34**	.25**	.20*	.23**	.03	.25**	1

* $p < .05$; ** $p < .001$

5.2.2. Efeitos dos valores universais e modelos relacionais no trabalho e nas ideologias políticas

Para testar outras hipóteses relativas aos efeitos das dimensões de valores de Schwartz sobre os valores de trabalho e sobre as orientações políticas, efetuámos uma série de quatro regressões lineares com método *stepwise*.

Confirmou-se a hipótese 7a, na medida em que a autotranscendência e a conservação têm efeitos independentes sobre esquerda-direita (respetivamente, $\beta = 0.40$; $p < 0.001$ e $\beta = -0.28$; $p < 0.05$). No seu conjunto, estas duas variáveis explicam cerca de 17% das preferências socioeconómicas dos participantes, $F(2,154) = 17.03$, $p < 0.001$.

A hipótese 7b também é confirmada, pois a conservação tem efeitos independentes sobre o autoritarismo ($\beta = 0.42$; $p < 0.001$) e explica cerca de 17% da variância desta dimensão de ideologia política, $F(1,155) = 33.12$, $p < 0.001$. (H7b)

Verificou-se ainda, que a autotranscendência e a abertura à mudança têm efeitos independentes sobre os valores sociais (respetivamente, $\beta = 0.31$; $p < 0.001$ e $\beta = 0.17$; $p = 0.03$). No seu conjunto, estas duas variáveis explicam cerca de 13% da variância na referida dimensão de valores de trabalho, $F(2,154) = 12.68$; $p < 0.001$), o que confirma a hipótese 5a; a autopromoção tem efeitos independentes sobre os valores de prestígio $\beta = 0.25$; $p < 0.05$. Esta dimensão de valores universais explica cerca de 6% da variância nos referidos valores de prestígio, $F(1,155) = 10.40$, $p < 0.05$, tal como previsto na hipótese 5b.

A hierarquia na família tem os efeitos independentes previstos sobre: primeiro, o posicionamento socioeconómico ($\beta = -0.18$; $p < 0.05$), explicando cerca de 3% da variância desta dimensão de ideologia política, $F(1,155) = 5.14$; $p < 0.05$; segundo, o autoritarismo ($\beta = 0.29$; $p < 0.001$), explicando cerca de 8% da sua variância, $F(1,155) = 14.68$, $p < 0.001$, confirmando a hipótese 4c; terceiro, os valores de conservação ($\beta = 0.38$; $p < 0.01$), explicando cerca de 14% da sua variância, $F(1,155) = 26.24$, $p < 0.001$, confirmando a hipótese 4d.

5.2.3. *Impacto das classes sociais nos valores e orientações políticas*

Posteriormente, testou-se o impacto das dimensões de classe social (detenção de capital, qualificação e relação com a autoridade⁹) sobre as variáveis dependentes valores de trabalho (valores sociais e valores de prestígio), valores universais (autopromoção, conservação, autotranscendência e abertura à experiência), orientação política (esquerda-direita e autoritarismo) e modelos relacionais (comunhão e hierarquia na família). Esta abordagem deveu-se ao facto de as classes – enquanto tal – não terem um valor teórico que não esteja nas suas dimensões e por produzirem grupos demasiado pequenos para que revelem efeitos significativos.

Assim, uma análise GLM (*General Linear Model*) com um fator *within-subjects* (conservadorismo: autoritarismo vs. direita) e dois factores *between-subjects* (qualificação: ter qualificação superior vs. não ter qualificação superior; ser detentor de capital próprio vs. não ser detentor de capital próprio), com a idade como co-variável, indica um efeito de dimensão, $F(1,122) = 7.72, p = 0.06, \eta^2 = 0.06$ qualificado por um efeito de interação com a qualificação superior, $F(1,22) = 29.73, p < 0.001, \eta^2 = 0.20$ e ainda um efeito de interação marginal entre qualificação superior e detenção de capital próprio, $F(1,122) = 3.63, p = 0.059, \eta^2 = 0.029$. Estes efeitos são qualificados por um efeito de interação tripla entre a dimensão conservadorismo, qualificação superior e detenção de capital próprio $F(1,122) = 13.44, p < 0.001, \eta^2 = 0.099$. Estes resultados indicam que os efeitos das dimensões de classe social sobre conservadorismo são diferentes consoante a dimensão de conservadorismo, pelo que se analisaram através de GLMs separadas.

Sobre a dimensão esquerda económica há um efeito significativo da qualificação superior $F(1,122) = 13.72, p < 0.001, \eta^2 = 0.10$ que é qualificado por um efeito de interação com a detenção de capital próprio, $F(1,122) = 10.39, p = 0.002, \eta^2 = 0.078$. Esta interação indica que há um efeito de moderação da detenção de capital sobre o efeito da qualificação superior.

Para quem não tem capital próprio, não existe efeito da qualificação sobre a orientação política ($F < 1$) mas para os detentores de capital existe esse mesmo efeito, $F(1,128) = 16.62, p < 0.001, \eta^2 = 0.37$, o que indica que as pessoas com qualificação superior

⁹ Retirada da análise por se ter encontrado uma sobreposição entre a relação com a autoridade e a detenção de capital próprio.

se situam mais à direita ideologicamente ($M = 4.11$; $DP = 0.72$) do que as pessoas sem qualificação ($M = 2.69$; $DP = 1.21$), o que confirma a hipótese 8a.

Sobre a dimensão autoritarismo existe um efeito marginal de qualificação, $F(1,122) = 3.30$, $p = 0.072$, $\eta^2 = 0.03$, o que revela que as pessoas com qualificação superior aderem menos à submissão à autoridade ($M = 2.92$; $DP = 0.74$) do que as pessoas com qualificação inferior ($M = 3.18$; $DP = 0.82$), confirmando assim a hipótese 8b.

As dimensões de classe (detenção de capital próprio e qualificação) não tiveram efeito sobre as restantes variáveis dependentes.

5.2.4. Diferenças entre simpatizantes dos vários partidos políticos

Análises de variância (*one-way ANOVA*) com sexo e idade como co-variáveis visaram comparar diferenças entre simpatizantes dos diferentes partidos políticos com assento parlamentar nas dimensões em estudo. Os resultados confirmam as hipóteses 9 e 10, revelando respetivamente que existem diferenças estatisticamente significativas entre os simpatizantes dos partidos políticos, no que toca a dimensões de valores e de orientações politico-ideológicas, e que os participantes com simpatia partidária se distribuem, efetivamente, da forma: PCP, BE, PS, PSD e CDS-PP, estando os primeiros mais à esquerda e os últimos mais à direita (ver tabela 3).

Como esperado e confirmando as hipóteses, os simpatizantes do BE mostram-se, como os mais propensos à mudança (H10a) e menos autoritários (H10c), indo no sentido das propostas de inovação sociocultural que o partido com que simpatizam apresenta¹⁰. Igualmente esperado, os do CDS-PP revelaram-se como os mais conservadores (H10b) e mais autoritários (H10d), consequência de toda a conjectura que levou à criação do partido¹¹ e, compreensivelmente, os que mais valorizam o prestígio da função laboral (H11). Os do PCP apresentam maiores níveis de adesão a valores de autotranscendência (H10e) e a políticas económicas condizentes com a ideologia de esquerda que defendem desde sempre (H10).

Destaca-se, também, a previsível diferença relativamente à abertura à mudança entre os simpatizantes dos dois partidos mais à esquerda do espectro político ($M_{PCP} = 2.41$; $DP_{PCP} = 0.92$; $M_{BE} = 3.83$; $DP_{BE} = 0.99$), sugerindo que a nossa hipótese da diferença de idades entre os simpatizantes destes dois partidos pode ser decisiva (H10f).

¹⁰ Efeito da co-variável idade $F(1.66) = 3.10$, $p < .10$, $\eta^2 = 0.05$

¹¹ Efeito da co-variável idade $F(1.66) = 5.20$, $p < .05$, $\eta^2 = 0.07$

Confirmou-se, igualmente, a inexistência de diferenças estatisticamente significativas nas preferências socioeconómicas entre simpatizantes de PS e PSD (H10g), podendo estar aqui explicada, em parte, a volatilidade de eleitorado que estes dois partidos apresentam.

Tabela 3

Diferenças nas dimensões de valores e orientações politico-ideológicas entre os simpatizantes dos partidos políticos

	Partido	PCP	BE	PS	PSD	CDS-PP
Dimensão	Efeito	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>
Abertura à mudança	$F(4.66) = 2.97. p = .026. \eta^2 = .15. R^2_{aj} = .15$	2.41 (0.92)c	3.83 (0.99)a	3.18 (0.87)ab	3.02 (0.72)bc	3.14 (0.74)abc
Conservação	$F(4.66) = 3.07. p = .022. \eta^2 = .16. R^2_{aj} = .10$	2.64 (0.69)b	2.39 (1.24)b	2.87 (0.91)ab	2.69 (0.94)b	3.60 (1.09)a
Autotranscendência	$F(4.66) = 5.36. p = .001. \eta^2 = .16. R^2_{aj} = .25$	4.60 (0.34)a	4.44 (0.46)a	4.03 (0.65)ab	3.63 (0.60) c	3.66 (0.84)bc
Esquerda (económica)	$F(4.66) = 22.21. p < .001. \eta^2 = .57. R^2_{aj} = .56$	3.74 (0.38)a	3.56 (0.48)a	2.98 (0.51)b	2.60 (0.55)c	2.20 (0.44)d
Valores de prestígio	$F(4.66) = 8.30. p < .001. \eta^2 = .33. R^2_{aj} = .28$	2.09 (0.94)d	2.72 (1.34)cd	3.38 (0.80)abc	3.53 (0.79)ab	3.69 (0.73)a
Autoritarismo	$F(4.66) = 4.35. p = .003. \eta^2 = .21. R^2_{aj} = .18$	2.74 (0.96)bc	2.14 (0.96)c	3.03 (0.62)ab	3.00 (0.80)ab	3.38 (0.60)a

Nota: para cada análise, letras iguais entre partidos significa que as diferenças não são significativas a $p < .05$, teste post-hoc LSD

Capítulo 6 - Discussão

Como explicar todas as correlações, associações, efeitos e impactos das dimensões estudadas ao longo desta investigação? Tal como referido na introdução e nas hipóteses, existe sobreposição teórica em determinados constructos, pelo que a explicação dos fenómenos encontrados após análise estatística será de mais fácil compreensão.

Estando a comunhão diretamente relacionada com a partilha de recursos, união e relações de equivalência entre membros do mesmo grupo (Fiske, 1992), não é de estranhar o facto de aparecer associada a uma ideologia de esquerda que, na sua essência, tem a preocupação de distribuição de riqueza, bens de consumo e poder, procurando construir uma sociedade onde todas as pessoas têm iguais oportunidades económicas e sociais e ninguém terá um ascendente de poder ilimitado perante os outros (Woshinsky, 2008). A existência de serviços nacionais de saúde e subsídios para desempregados espelha bem a ideia de partilha de bens comuns.

Já a hierarquia na família surge correlacionada com um maior número de dimensões em estudo e, desde logo, com sentido do ponto de vista conceptual, com o autoritarismo. A autoridade é, na prática, a manifestação através de crenças, motivações e ações do traço de personalidade autoritarismo (Altemeyer, 2006). Há, por isso, uma clara associação entre relações assimétricas na família, onde os membros seguem uma hierarquia linear de respeito, deferência e privilégio (Fiske, 1992), e consequente ideia de funcionamento ótimo da sociedade. Ao nível societal, a autoridade manifesta-se no sentido de confiar sem reservas em forças de segurança e militares, seguimento de normas e regras estabelecidas por «superiores» e desconfiança perante grupos potencialmente ameaçadores (homossexuais, feministas, ateus, imigrantes, etc) (Altemeyer, 2006; McConochie, 2007).

Relativamente à outra dimensão de ideologia política, a esquerda-direita, concluiu-se que a hierarquia na família se aproxima de ideologias mais à direita. Não sendo condição *sine qua non* de posicionamento à direita (Bússola Política, 2005), o autoritarismo, por via da preocupação com o respeito a regras, normas e valores convencionados pela sociedade, tem sido frequentemente associado a atitudes de direita em diversos países como Itália, Bélgica, Alemanha ou Estados Unidos da América (Chirumbolo 2002; Jost, Kruglanski & Simon 1999; Kimmelmeier 1997; Tetlock 2000; Van Hiel, Malgorzata & Mervielde, 2004).

Neste sentido, era igualmente expectável que a hierarquia na família se correlacione positivamente com valores de autopromoção e conservação. A autopromoção está direcionada

para a prossecução do sucesso individual e domínio sobre o próximo, enquanto a conservação é orientada para a obediência, preservação de práticas tradicionais e proteção de estabilidade (Ramos; 2006; Schwartz, 1992). Tal vai no sentido do que foi anteriormente exposto, havendo uma clara partilha de essência teórico-conceptual entre os referidos grupos de valores e a questão da autoridade. Na mesma linha está a associação entre a hierarquia na família e os valores de prestígio no trabalho. Este tipo de valores é característico de pessoas que tendem a optar por cargos conceituados onde possam exercer influencia e poder sobre terceiros (Dawis & Lofquist, 1984; Pryor, 1979; Ros *et al.*, 1999; Super, 1970).

Face ao exposto, é também fácil de perceber a proximidade entre o autoritarismo, a dimensão de valores de conservação, e valores de trabalho de prestígio. Novamente, o foco essencial reside na questão da manutenção de uma certa ordem e estabilidade social (pelas mais diversas vias), e exercício de autoridade e poder sobre outros. Altemeyer (2006), através de um estudo onde utilizou uma escala que media o autoritarismo, reporta-se a três ex-presidentes dos Estados Unidos da América para ilustrar de que forma é que o autoritarismo surge associado aos valores conservadores. Por um lado, durante o primeiro mandato de Bill Clinton (1993-1997), aquando do escândalo sexual deste com a sua estagiária Monica Lewinsky, a população que registava, no referido estudo, elevados índices de autoritarismo não estava ao lado do presidente, reprovando a sua conduta. Já relativamente à invasão ao Iraque (2003), com base na ideia deste país possuir armas de destruição em massa, essa mesma população apoiou a ideia do então presidente George W. Bush por temer pela sua segurança. São dois casos em que estão bem patentes duas das manifestações dos valores conservadores: preservação da moral e orientação para a estabilidade e segurança.

No modelo de ideologia política bidimensional que apresentamos ao longo deste trabalho, verificou-se uma aproximação entre o posicionamento ideológico de direita e o autoritarismo. Tendo em conta que se trabalhou uma amostra portuguesa, este facto pode ser interpretado de uma perspectiva histórica, aludindo ao período do Estado Novo. À semelhança da vizinha Espanha, Portugal viveu uma das mais longas ditaduras (de direita) do século XX, onde o autoritarismo recaía essencialmente sobre a propaganda e a repressão, através da censura, doutrinação da população mais jovem e polícia política. A democratização do país foi caracterizada por um romper abrupto com o passado e estiveram associados a este movimento, entre outras fações da sociedade, um conjunto de partidos políticos de ideologia de esquerda e extrema-esquerda (Pinto, 2010). Por outro lado, a liberalização social também teve forte impulso pela ala esquerda da sociedade política. Acreditamos residir aqui a génese

da «colagem» da ideologia de direita ao autoritarismo e, complementarmente, o afastamento da esquerda.

Ao contrário do que seria de esperar, tendo em vista as teorias de valores universais e valores de trabalho, e o que outros estudos reportam (Ros *et al.*, 1999), os valores de trabalho sociais não se mostraram incompatíveis com os valores de prestígio. Já com a abertura à mudança, os valores de trabalho sociais apresentam índices de compatibilidade. Como já foi referido ao longo desta investigação, os valores sociais caracterizam-se no estabelecimento de laços de amizade, pela forte orientação nas relações interpessoais e pelo esforço contínuo de contribuir positivamente para a sociedade (Schwartz, 2006). Tal implica, necessariamente, a aceitação da diferença individual e experimentação de novas situações de vida por via do contacto e aproximação do desconhecido, em contexto laboral (Ros *et al.*, 1999).

Por sua vez, os valores sociais no trabalho estão orientados para as relações com colegas, e derivam, do ponto de vista teórico-conceitual, dos valores de autotranscendência, na medida em que o trabalho é encarado como um veículo para a formação de relações sociais afetivas e contribuição para a sociedade (Elizur, 1984; Pryor, 1979; Ros *et al.* 1999; Super, 1970). Assim, torna-se claro a associação existente entre as duas dimensões.

Sabendo que os valores de prestígio têm na sua génese uma carga significativa de valoração do exercício do poder e autoridade (Dawis & Lofquist, 1984; Pryor, 1979; Ros *et al.*, 1999; Super, 1970), era de esperar que se correlacionassem negativamente com a ideologia de esquerda, o que acabou por ser confirmado. Da mesma forma, também seria de esperar que os valores de prestígio se correlacionassem positivamente com a autopromoção, uma vez que este polo se centra na procura do sucesso individual (Ramos, 2006) de forma a chegar a uma função teoricamente prestigiada onde possam ser exercidos o poder e a influência sobre outros (Lyons, 2005).

A correlação positiva, ainda que moderada, entre valores de prestígio e abertura à mudança poderá representar uma fação da sociedade civil: os empreendedores, que reúnem características como a busca incessante de oportunidades, persistência na conclusão das suas metas e objetivos, comprometimento com o trabalho que desenvolve, altos padrões de exigência, arriscar negócios inovadores e ter uma visão do que o futuro poderá ser (Begley & Tan, 2001; Boetkke & Coyne, 2003; Brouwer, 2002; George & Zahra, 2002; Hamilton, 2000; Hoang & Antoncic, 2003; Mueller & Thomas, 2001; Oswald & Stutzer, 2001; Ovaska & Sobel, 2003; Uhlaner & Thurik, 2004; Uljin & Brown, 2003). No entanto, existem barreiras

inerentes à existência de mais pessoas a figurarem nesta interseção de valores de prestígio e procura de mudança.

Partindo do pressuposto que a ideologia política é o resultado parcial da busca da satisfação das motivações que estão na génese dos valores, facilmente se entendeu o porquê da esquerda política se aproximar de autotranscendência e, inversamente, se afastar dos valores conservadores. Existe, pois, um paralelo evidente entre preferência por igualitarismo económico, intervenção estatal na economia e preocupação na distribuição da riqueza (características básicas de ideologia de esquerda) com valores de autotranscendência (Barnea & Schwartz, 1998; Schwartz, Caprara & Vecchione, 2010). Já o afastamento aos valores conservadores que, como já foi referido, visa a manutenção de um certo equilíbrio do *status quo*, não se compadece com a busca incessante de reformismo social da esquerda, através de propostas como a liberalização de drogas leves, legalização da interrupção voluntária da gravidez e das barrigas de aluguer, apoio ao casamento homossexual, rutura com a influência da igreja na sociedade, etc. (Schwartz & Huisman, 1995).

A autopromoção apresenta pontos de contacto com valores de conservação, na medida em que ambas têm por base uma certa influência do exercício da autoridade e do poder (Schwartz, 1994; 2006). Simultaneamente, também os tem com a abertura à mudança e, tal como já foi anteriormente enunciado, o binómio valores de prestígio-abertura à mudança representa um espaço ocupado por pessoas empreendedoras e, com a junção a valores de autopromoção, essa teoria acaba por sair reforçada, visto que os empreendedores têm numa das suas preocupações máximas a obtenção do sucesso profissional na mudança social (Ovaska & Sobel, 2003).

Tendo-se verificado uma proximidade entre autotranscendência e abertura à mudança, tal vem confirmar o que já era esperado: o modelo teórico das relações entre os dez tipos motivacionais de valores pode ser disposto mediante uma estrutura bidimensional composta por quatro tipos de valores supraordenados que formam duas dimensões conceptuais básicas e bipolares. Tal reflete a compatibilidade entre a aceitação dos outros como iguais e, simultaneamente, a preocupação com o seu bem-estar (Ramos, 2006; Schwartz, 1992).

O facto da autotranscendência se correlacionar significativamente e positivamente, mas de forma muito fraca, com a conservação revela algo que não vai no sentido da literatura existente, pelo que se realça a seguinte limitação no uso das escalas: por se ter trabalhado com escalas de concordância em que, ao contrário das de Likert, não existem afirmações que vão

no sentido contrário à direção da escala, pode ter-se feito notar a influência de uma variável latente de concordância, que tenha reduzido a possibilidade de destacar resultados mais finos e precisos. Como tal, as correlações muito baixas não devem ser interpretadas de forma a atribuir-se-lhes um sentido substantivo.

Finalmente, a idade, quando inserida como co-variável nos cálculos de correlações, mostrou estar positivamente relacionada com a esquerda e, negativamente, com a abertura à mudança e autopromoção. Com o avançar da idade, é expectável que nos centremos menos em nós e nos orientemos mais para os outros (menos autopromoção e mais autotranscendência), fruto de situações que a própria vida oferece, como o matrimónio ou a constituição de família (Schwartz, 2006). Tal vai ao encontro da tal sociedade mais preocupada com o bem-estar geral que a ideologia de esquerda defende (Norberto & Cameron, 1997).

As regressões lineares efetuadas complementam a discussão já elaborada e ajudaram a confirmar hipóteses no sentido em que confirmam que, efetivamente, os valores universais funcionam como elementos preditores de orientações politico-ideológicas: a autotranscendência e a conservação são decisivos na compreensão de algumas divergências clássicas entre esquerda (preocupação com o bem estar social e consequente orientação para o outro) e direita (preservação de costumes socioculturais). Da mesma forma, a conservação é ainda uma dimensão que influencia o autoritarismo, o que é compreensível devido ao facto de ambas estarem associadas ao exercício do poder.

Também se demonstrou que os valores de trabalho são explicados pelos valores universais e, especificamente, os valores sociais decorrem da autotranscendência e abertura à mudança, o que facilmente pode ser interpretado através da compatibilidade da orientação para as relações interpessoais (valores sociais) e disponibilidade para descentração de si próprio (autotranscendência) e aceitação de padrões de comportamentos diferentes (abertura à mudança). Paralelamente, os valores de prestígio são explicados pela autopromoção, o que também faz sentido, na medida em que uma função laboral prestigiante tem grandes probabilidades de ser obtida através da busca incessante do sucesso pessoal. De referir que o poder é igualmente importante nesta relação, uma vez que os valores de prestígio englobam a autoridade para tomar decisões pelos outros e a autopromoção tem motivações de acesso ao poder.

Por fim, as regressões que testaram os efeitos do modelo relacional hierarquia (na família) demonstraram também que este modelo explica parte dos sistemas de valores e

preferências politico-ideológicas de alguém: relações familiares baseadas na hierarquia podem refletir-se numa transmissão de preferências socioeconómicas conotadas com a direita e, eventualmente, maior adesão a ideais autoritários. Simultaneamente, a hierarquia na família promove os valores de conservação, juntando novamente a questão do poder que é transversal às duas dimensões.

Das análises de efeitos de interação das dimensões das classes sociais sobre as orientações sociopolíticas e valores obtiveram-se, essencialmente, resultados sobre as dimensões esquerda-direita e autoritarismo. Dos participantes com qualificação superior, apenas os detentores de capital estão mais à direita; dentro dos participantes que detêm capital próprio, os que têm qualificação superior situam-se, também, mais à direita (não havendo diferenças entre os que não têm capital próprio); já as pessoas menos qualificadas (no geral) aderem mais facilmente a ideais autoritários do que as mais qualificadas.

O facto de, entre os detentores de capital, os participantes com maior qualificação se situarem à direita dos que não tem qualificação superior indica que existem orientações e motivações diferentes no que toca ao funcionamento da economia. Os primeiros, munidos de competências educacionais superiores, poderão sentir que as suas capacidades são um meio de obtenção de sucesso, estando, provavelmente, mais orientados para a expansão, o lucro e o funcionamento livre do mercado; os últimos estarão mais orientados para o pequeno negócio sentindo-se perdedores com o aparecimento, por exemplo, no mercador de empresas de grande dimensão que lhes fazem concorrência direta bem como com o sistema financeiro. Como tal, os detentores de capital sem qualificação superior tenderão a situar-se menos à direita, favorecendo políticas económicas protecionistas, ao invés dos qualificados que, por se sentirem com menor necessidade em serem protegidos, se situam mais à esquerda.

Por sua vez, o facto de, entre os trabalhadores mais qualificados, os detentores de capital se situarem mais à direita que os trabalhadores por conta de outrem, pode ser explicado por uma perspectiva marxista clássica: cada um destes grupos defende o seu auto interesse de classe.

Para além disso, o facto das pessoas menos qualificadas se situarem mais próximas do autoritarismo não constituiu surpresa, tal como Stubager (2005) demonstrou. Para se entender esta relação entre qualificação e autoritarismo, pode-se recorrer a três modelos: o primeiro, cognitivo, refere que quanto mais escolaridade tivermos, maior é a probabilidade de adquirirmos noções sobre liberdade e democracia, tornando-nos mais conscientes para a diversidade de crenças, valores e comportamentos que o ser humano pode adotar. Da mesma

forma, quanto mais qualificados formos, maior é a probabilidade de desenvolvermos um pensamento flexível e racional que nos permita ser mais tolerantes (Nunn, Crockett & Williams, 1978; Phelan, Link, Stueve & Moore, 1995); o segundo modelo, o psicodinâmico, realça a importância das variáveis psicológicas (como a autoestima e a segurança) na mediação da relação entre qualificação e valores. A ideia básica consiste em que a educação promove a segurança psicológica, fazendo com que as pessoas que se sintam mais psicologicamente «seguras» lidam melhor com a diferença, exibindo maior tolerância para com os outros (Jenssen & Engesbak, 1994; Lipset, 1981; Weil, 1985); o terceiro e último modelo, é o da socialização. Consiste em encarar a educação como uma exposição aos valores da liberdade, onde o indivíduo constrói a sua própria realidade partindo apenas de auxiliares básicos. Conviver e lidar, ao longo da vida académica, com diferentes pessoas (colegas, professores, funcionários, diretores, reitores, etc), com diferentes modos de pensar e de encarar a realidade abre, necessariamente, um vasto reportório de respostas e caminhos alternativos que, no fundo, refletem a liberdade (Pascarella & Terenzini, 1991; Jacobsen, 2001).

O facto da distribuição dos simpatizantes dos partidos ter seguido a ordem esperada numa escala de esquerda-direita (PCP-BE-PS-PSD-CDS/PP) vem, no fundo, validar a escala que foi construída para avaliar esta dimensão. A escala diferencia bem as diferentes ideologias políticas e capta os partidos associados a essas mesmas ideologias. Foram retirados da análise, simpatizantes do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) e os de outros partidos sem assento parlamentar como o Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses / Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (PCTP-MRPP), o Partido Popular Monárquico (PPM) ou o Partido Nacional Renovador (PNR), por não apresentarem um número significativo de simpatizantes na amostra recrutada. Ainda assim, destacam-se os seguintes factos: em termos de políticas económicas, os simpatizantes do PCP e do BE não apresentaram diferenças estatisticamente significativas, o que demonstra a concordância a que estes dois partidos nos habituaram em sede parlamentar; os simpatizantes do PS distanciam-se das políticas dos restantes partidos o que, se for transportado para análise política nacional, vem reforçar a ideia de que o partido não tem conseguido consensos (quer à esquerda quer à direita) no que toca a governar em coligação; já os simpatizantes do PSD e do CDS-PP, embora também apresentem diferenças significativas perante simpatizantes dos restantes partidos e entre si, estas últimas são bastante mais reduzidas, o que na prática vem permitindo ao longo do tempo a governação dos dois partidos sob coligação.

Relativamente ao autoritarismo, os simpatizantes do BE destacam-se claramente como os que menos se identificam com os ideais autoritários, o que vem no sentido dos estatutos do partido que referem a inspiração “nas contribuições convergentes de cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade”. O caso dos simpatizantes do PCP é um pouco mais complexo pois, embora em média sejam o segundo partido com menor adesão ao autoritarismo, existe um desvio padrão considerável. Tal indica-nos que os simpatizantes mais novos aderem menos e os mais velhos, fruto do legado autoritário da expressão da ideologia na antiga União Soviética, parecem ser mais propensos tolerar supressões de liberdade. Já os simpatizantes do PS e do PSD surgem numa posição claramente central, o que no fundo reflete o historial dos partidos que apoiam, na medida em que estes tiveram um inegável contributo na fundação do atual regime democrático. Por sua vez, os simpatizantes do CDS-PP apresentam-se como os mais ligados a ideais autoritários, o que se pode considerar normal no sentido em que, aquando da fundação do partido, existiam membros pertencentes ao regime autoritário do Estado Novo (Pinto, 2010). Ainda assim, este efeito surge atenuado pela mais recente adesão das bases etárias mais jovens, dos centros urbanos e mais qualificadas, que contrabalançam com os apoiantes mais velhos, de zonas rurais e menos qualificados. Como já tinha sido referido neste trabalho, o autoritarismo correlaciona-se negativamente com a qualificação superior (Stubager, 2005).

Em termos de valores conservadores, os simpatizantes do CDS-PP são os que mais se associam a ideias de tradicionalismo e menor transformação social. Não é de estranhar, face à inspiração e adesão do partido à moral católica, à defesa dos valores religiosos e ao patriotismo (Robinson, 1996). Por oposição, surgem os simpatizantes do BE que apresentam baixos níveis de valores conservadores, pois na génese do partido está a luta, por exemplo, pela igualdade de direitos entre pessoas de diferente orientação sexual ou de uma sociedade intercultural (Lisi, 2011).

Já na abertura à mudança, assiste-se a uma colagem dos simpatizantes do PCP aos simpatizantes dos partidos mais à direita do espectro político (PSD e CDS). Inclusivamente, os simpatizantes do PCP apresentam valores significativamente inferiores aos do BE, facto este que reside não só na forte aposta na continuidade de estratégia e políticas adotadas pelo PCP ao longo das suas décadas de existência mas também na diferença entre faixas etárias dos apoiantes dos dois partidos (Bosco, 2000; Lisi, 2009; Teixeira, 2009). Mais abertos ao debate de assuntos causadores de ruturas no plano social, os simpatizantes do BE surgem como bem

mais propensos à mudança. No entanto, relativamente aos simpatizantes do PS, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, o que é ilustrado pela concordância dos dois partidos em sede parlamentar em assuntos de inovação social como foram os casos da despenalização da interrupção voluntária da gravidez (2007), da legalização do matrimónio entre pessoas do mesmo sexo (2010) ou do programa educativo «Novas Oportunidades» (2011). Paralelamente aos resultados de valores de conservação, os simpatizantes do CDS-PP surgem nesta fase, como seria de esperar, como os mais avessos à mudança. Tendo o partido e a própria juventude partidária (Juventude Popular – JP) um pensamento personalista e conservador¹² contrário à mudança rápida, à inovação desmedida e, preocupando-se com a manutenção do equilíbrio e ordem, este acaba por ser um resultado com sentido.

Quanto aos valores de autotranscendência que, transportados para o campo político-ideológico apresentam um paralelo com a existência de um Estado-providência (*welfare state*), verifica-se uma clivagem bem delineada entre os simpatizantes da esquerda (PCP, BE e PS) e direita (PSD e CDS-PP) parlamentares. Não havendo diferenças estatisticamente significativas na adoção valores de autotranscendência entre os simpatizantes dos partidos da esquerda, tal demonstra a preocupação destes em que, no plano socioeconómico exista uma organização promotora de bem-estar social, garantindo serviços públicos e proteção à população. Pelo contrário, os simpatizantes dos partidos da direita, mais orientados para a contenção de despesa e preconizando outras vias de obtenção de proteção social, defendem a redução do carácter abrangente do Estado-providência.

Finalmente, no que concerne aos valores de prestígio em contexto laboral que, convém relembrar, são baseados na premissa do exercício de autoridade na tomada de decisões e no estatuto da função em si (Ros *et al.*, 1999), assiste-se novamente a uma clivagem entre simpatizantes de partidos de esquerda e de direita, ainda que de um modo mais complexo. Os simpatizantes do PCP, fruto de uma base de apoio, sobretudo e tradicionalmente, constituída por trabalhadores industriais e agrários (Bosco, 2000) valorizam menos a importância do prestígio da sua função profissional.

Os simpatizantes do BE exprimem valores situados entre os dos simpatizantes do PCP e do PS, não se diferenciando estatisticamente de nenhum, deles mas os simpatizantes do PS já apresentam diferenças significativas relativamente aos do PCP. Tendo em conta que é um partido muito recente, o BE, apresenta apesar, de tudo algumas nuances relativamente ao «vizinho» PCP, que são originadas pelo seu perfil sociodemográfico, do qual se destaca a

¹² Estatutos do CDS-PP (2011) e pilares ideológicos da Juventude Popular (2012).

forte presença de pessoas com qualificação superior e consequente emergência de valores pós-materialistas (Lisi, 2009; Teixeira, 2009).

Já os simpatizantes do PS situam-se entre os simpatizantes dos restantes partidos de esquerda e direita, não se diferenciando de nenhuns, com exceção dos do PCP. Tal vai ao encontro da heterogeneidade da sua base de apoiantes representada através de um binómio que interliga apoiantes de elevado capital educacional com uma base mais «popular» composta por operários (Silva, 2005). Uma situação semelhante ocorre com os simpatizantes do PSD que, para além de apresentarem, igualmente, um elevado nível de capital educacional, têm sido cada vez menos oriundos do operariado e agricultura em detrimento dos comerciantes (Frain, 1997; Stock, 1986).

Por último, os dados relativos aos simpatizantes do CDS-PP, revelam o mais alto índice de valorização do prestígio da função laboral, facto este que pode estar associado, não só à ligação que já se estabeleceu anteriormente entre os simpatizantes deste partido e o autoritarismo, mas também à sua forte base de apoiantes monárquicos. Porque, se formos analisar o perfil sociodemográfico dos apoiantes, encontra-se um misto entre uma base associada ao setor agrário e profissionais liberais (Martins, 2004; Stock, 1986).

Perante tamanha diversidade de visões e gamas de resposta às questões com que os partidos políticos se vêm confrontados, percebe-se o porquê de existirem, também, diferentes simpatias e afinidades partidárias no seio da população: as pessoas procuram nos partidos mecanismos que deem resposta às suas necessidades e formas de defender os seus interesses.

Conclusão

Na reta final desta investigação, resta refletir sobre o que foi estudado e analisar até que ponto demos resposta às questões por nós propostas.

O modelo de Schwartz (1992; 1994; 2006) de estruturas de valores universais funciona bem quando trabalhado como dois eixos ortogonais de dimensões bipolares: autotranscendência vs. autopromoção e conservação vs. abertura à mudança. Encontram-se efeitos destas dimensões nos valores de trabalho e nas orientações políticas, sugerindo que os valores universais encerram uma promissora capacidade preditiva sobre os tipos de trabalho e tarefa desejável, e sobre as atitudes políticas de cariz socioeconómico e sociocultural. Para estudos futuros, sugere-se a utilização da escala completa de valores universais – *Portrait Values Questionnaire* (Schwartz, 1994) – composta por 40 itens, porque possivelmente permitirá fazer uma análise das dez dimensões de valores separadamente, sem haver a necessidade de agregação de dimensões supraordenadas.

A análise das orientações politico-ideológicas confirmou a necessidade de análises mais sofisticadas do que a tradicional referência ao modelo esquerda-direita. Com a introdução de uma segunda dimensão – o autoritarismo – prevíamos que fosse formado um eixo ortogonal com a dimensão esquerda-direita. Concluímos que não há ortogonalidade, antes, a esquerda encontra-se associada à liberdade e a direita à autoridade. No entanto, ainda assim, existe uma clara independência entre as duas, o que nos permite concluir que ambas as dimensões derivam de motivações e causas sociais diferentes.

O vasto conjunto de análises efetuadas revelou padrões de associação de dimensões extraídas de diferentes constructos. Em relação às formas de relacionamento na família, se estas forem baseadas na comunhão, são promotoras de atitudes políticas socioeconómicas e valores de orientação para o bem-estar dos outros; inversamente, relacionamentos familiares baseados na hierarquia promovem a adesão a ideais autoritários, preferência por transformações graduais em matéria de valores e crenças (valores de conservação), a autopromoção e, ainda, privilegiando uma função laboral de prestígio, onde a autoridade possa ser exercida.

Os valores universais também se revelaram bons preditores dos tipos de trabalho desejável, destacando-se que os valores de autotranscendência se refletem numa preferência por uma função orientada para as relações interpessoais, a socialização e o trabalho de equipa,

enquanto os valores de autopromoção vão no sentido da procura de um trabalho de prestígio onde o indivíduo possa exercer autoridade e tomar decisões.

O impacto dos valores universais nas orientações político-ideológicas também foi bem claro: a autotranscendência surge associada a um posicionamento socioeconómico de esquerda e a conservação de direita. Mais, o autoritarismo pode ser previsto, até certo ponto com base nos valores de conservação, pois ambos se unem na estabilidade de estruturas, ora de normas socioculturais, ora de poder.

Assim, podem-se prever perfis característicos de indivíduos conjugando preferências socioeconómicas de esquerda, anti-autoritarismo, com valores de autotranscendência, com trabalho que desejavelmente vise a socialização e que, no seio da família, utilizem a comunhão como modelo relacional vs. preferências socioeconómicas de direita, maior probabilidade de adesão ao autoritarismo, com valores de auto promoção e conservação, com trabalho desejável orientado para o prestígio da função e exercício do poder e que, na família, utilizem a hierarquia como modelo relacional.

Com o estudo das classes sociais e dimensões que a constituem, concluiu-se que o posicionamento das pessoas nas várias classes, nas dimensões de orientação político-ideológicas, se configura da seguinte forma: a dimensão esquerda-direita está intimamente ligada à detenção de capital e o autoritarismo remete para questões culturais, nomeadamente a baixa qualificação.

Todas as dimensões referidas ao longo da investigação ajudam a identificar os padrões de simpatia partidária que refletem, no fundo, as propostas ideológicas dos partidos políticos. Como bom exemplo, temos as diferenças nos valores de abertura à mudança entre simpatizantes do PCP e do BE, sendo que estes últimos se revelaram muito mais propensos à inovação, o que tem reflexo na sua atuação político-partidária.

Referências

- Advocates for Self-Government (2011). *David F. Nolan – Libertarian*. Cartersville, Ca.
- Almeida, J.F. (1986). *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*. Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, J.F., Brites, R. & Torres, A. (2010). Valores e Classes Sociais: Diferenças e Semelhanças de Género em Portugal. *Sociologia On-line*, 1, 1-15.
- Almeida, J.F., Costa, A.F., Machado, F.L. (1988). Famílias, Estudantes e Universidade: Painéis de Observação Sociográfica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, 11-44.
- Almeida, J.F., Costa, A.F., Machado, F.L. (1994). Recomposição Social e Novos Protagonismos. In António Reis (org.), *Portugal: 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 307-330.
- Alderfer, C.P. (1972). *Existence, Relatedness and Growth: Human Needs in Organizational Settings*. New York: Free Press.
- Allen, C.S. (2009). Social Democracy and the ‘Catch-All Party Thesis’ in Germany and Sweden. *SAGE Publications*, 15, 5, 635-653.
- Allport, G.W., (1961). *Pattern and Growth in Personality*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Almeida, J.F., Costa, A.F. & Machado, F.L. (1988). Famílias, Estudantes e Universidade: Painéis de Observação Sociográfica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, 11-44.
- Almeida, J.F., Machado, F.L. & Costa, A.F. (2006). Social Classes and Values in Europe. *Portuguese Journal of Social Science*, 5, 1-24.
- Altemeyer, R.A. (1981). *Right-wing Authoritarianism*. University of Manitoba Press: Winnipeg.
- Altemeyer, R.A. (1996). *The Authoritarian Specter*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Altemeyer, R.A. (1998). *The Other ‘Authoritarian Personality’*. *Advances in Experimental Social Psychology*, 30, 47–91.
- Altemeyer, R.A. (2006). *The Authoritarians*. University of Manitoba, Department of Psychology, Winnipeg: Canada.
- Barnea, M.F. & Schwartz, S.H. (1998). Values and Voting. *Political Psychology*, 19, 17–40.
- Bandura, A. (1977). Self Efficacy: Toward a Unifying Theory of Behavioral Change. *Psychological Review*, 84, 191-215.
- Bardi, A., & Schwartz, S.H. (2003). Values and Behavior: Strength and Structure of

- Relations. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29, 1207-1220.
- Bartolini, S. & Mair, P. (1997). *Statistical Methods for the Social Sciences* (3^a ed). Upper Saddle River: Prentice Hall.
- Begley, T., & Tan, W.L. (2001). The Socio-Cultural Environment for Entrepreneurship: A Comparison Between East Asian and Anglo Countries. *Journal of International Business Studies*, 32, 537-554.
- Bell, D. (2000). *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. Harvard: Harvard University Press.
- Berlyne, D.E. (1960). *Conflict, Arousal and Curiosity*. New York: McGraw-Hill.
- Bobbio, N. & Cameron, A. (1997). *Left and Right: The Significance of a Political Distinction*. Chicago: University of Chicaco Press.
- Boettke, P. J. & Coyne, C. J. (2003). Entrepreneurship and Development: Cause or Consequence. *Advances in Austrian Economics*, 6, 67-88.
- Borg, I. (1990). Multiple Facetisations of Work Values. *Applied Psychology: An International Review*, 39, 401-412.
- Borre, O. (1995). Old and New Politics in Denmark. *Scandinavian Political Studies*, 18, 187-205.
- Borre, O. (1997). Old and New Politics. In: Borre, O and Anderson, G. *Voting and Political Attitudes in Denmark*, 40-64. Aarhus: Aarhus University Press.
- Bosco, A. (2000). *Comunisti. Trasformazioni di Partito in Italia, Spagna e Portogallo*. Bolonha: Il Mulino.
- Bosco, A. (2001). Four Actors in Search of a Role: The Southern European Communist Parties. In N. P. Diamandorous e R. Gunther (orgs.), *Parties, Politics and Democracy in the New Southern Europe*. 329-387. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Boudon, R. (2001). *The Origins of Values: Essays in the Sociology and Philosophy of Beliefs*. New York: Transaction Publishers.
- Brouwer, M. T. (2002). Weber, Schumpeter and Knight on Entrepreneurship and Economic Development, *Journal of Evolutionary Economics*, 12, 83-105.
- Brito, R., Waldzus, S., Sekerdej, M. & Schubert, T. (2011). The Contexts and Structures of Relating to Others: How Memberships in Different Types of Groups Shape the Construction of Interpersonal Relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 28 (3), 406-431.

- Bryson, C. & Curtice, J. (2002). The Measurement of Socio-political Orientations. *European Social Survey*, Chapter 6.
- Budge, I., Klingemann, H.D., Volkens A., Bara, J & Tanenbaum, E. (2001). *Mapping Policy Preference*. Oxford: Oxford University Press.
- Cabral, M.V. (1983). The Portuguese Communist Party: The Weight of Fifty Years of History. In H. Machin (org.), *National Communism in Western Europe. A Third Way for Socialism?* 180-199.
- Caetano, A., Tavares, S. & Reis, R. (2003). Valores do Trabalho em Portugal e na União Europeia. In *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Caprara, G. V., Schwartz, S. H., Capanna, C., Vecchione, M., & Barbaranelli, C. (2006). Personality and Politics: Values, Traits, and Political Choice. *Political Psychology*, 27, 1-28.
- Cazzola, F. (2011). *O Que Resta da Esquerda: Mitos e Realidades das Esquerdas no Governo*. 1ª edição, Lisboa: Cavalo de Ferro Editores.
- Cheung, C. & Scherling, S.A. (1999). Job Satisfaction, Work Values and Sex Differences in Taiwan's Organizations. *Journal of Psychology*, 133 (5), 563-575.
- Chirumbolo, A. (2002). The Relationship Between Need for Cognitive Closure and Political Orientation: The Mediating Role of Authoritarianism. *Personality and Individual Differences*, 32, 603–610.
- Costa, A.F. (1999). Sociedade de Bairro: *Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras: Celta.
- Costa, A.F. et al. (2000). Classes Sociais na Europa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, 9-46.
- Costa, A.F., Machado, F.L., Almeida, J.F. (1990). Estudantes e Amigos: Trajectórias de Classe e Redes de Sociabilidade, *Análise Social*, XXV, 105-106.
- Crites, J.O. (1961). Factor Analytical Definitions of Vocational Motivation. *Journal of Applied Psychology*, 43, 333-337.
- Dawis, R.V. & Lofquist, L.H. (1984). *A Psychological Theory of Work Adjustment*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Deci, E.L. (1975). *Intrinsic Motivation*. New York: Plenum.
- Devos, T., Spini, D. & Schwartz, S.H. (2002). Conflicts among Human Values and Trust in Institutions. *British Journal of Social Psychology*, 41, 481–94.
- Doty, R.M., Peterson, B.E. & David G.W. (1991). Threat and Authoritarianism in the United

- States, 1978–1987. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 629–40.
- Durkheim, E., (1893). *The Division of Labor in Society*. Glencoe, IL.: Free Press.
- Durkheim, E., (1897). *Suicide*. Glencoe, IL.: Free Press.
- Eder, K. (1993). *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. London: Sage.
- Elizur, D. (1984). Facets of Work Values: A Structural Analysis of Work Outcomes. *Journal of Applied Psychology*, 69, 379-389.
- Erikson, R.S., Norman R.L., & Kent L.T. (1988). *American Public Opinion* (3rd Ed). New York: Macmillan.
- Feather, N.T. (1995). Values, Valences. and Choice: The Influence of Values on the Perceived Attractiveness and Choice of Alternatives. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 1135-1151.
- Figueiredo, R.P. (2004). *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995)*. Lisboa: Hugin.
- Fiske, A. P. (1991). *Structures of Social Life: The Four Elementary Forms of Human Relations*. New York: The Free Press.
- Fiske, A. P. (1992). The Four Elementary Forms of Sociality: Framework for a Unified Theory of Social Relations. *Psychological Review*, 99, 689–723.
- Flanagan, S. (1987). Value Change in Industrial Society. *American Political Science Review*, 81, 1303-1319.
- Flanagan, S. & Lee, A. (1988). *Explaining Value Change and its Political Implications in Eleven Advanced Industrial Democracies*. Paper Presented at the 14th World Congress of the International Political Science Association, Washington DC, Aug. 28-Sept. 1.
- Freire, A. (2004). *O Significado da Divisão Entre Esquerda e Direita: Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Frain, M. (1997). The Right in Portugal: The PSD and the CDS/PP. In T.C. Bruneau (org.). *Political Parties and Democracy in Portugal*. 77-111. Boulder: Westview Press.
- Freire, A. (2009). Mudança do Sistema Partidário em Portugal, 1974-2009: o Papel dos Factores Políticos, Sociais e Ideológicos. In M.A. Cruz (org.), *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspectivas Históricas e Políticas*, 215-261.
- Freire, A. & Lobo, M.C. (2006). The Portuguese 2005 Legislative Election: Return to the Left. *West European Politics*, 29, 581-588.

- Freire, A., Viegas J.M & Seiceira, F. (2009). *A Representação Política em Portugal – Inquéritos e Bases de Dados*. Lisboa: Sextante.
- Freud, S. (1930). *Civilization and Its Discontents*. London: Hogarth Press.
- George, G., & Zahra, A. S. (2002). National Culture and entrepreneurship: A Review of Behavioral Research. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 26, 33-49.
- Godoy, N. (2008). Classes Sociais e Voto Partidário nos Distritos de Lisboa e de Setúbal. *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia*, 57, 1-42.
- Greenberg, J. & Jonas, E. (2003). Psychological Motives and Political Orientation - The Left, the Right, and the Rigid: Comment on Jost *et al.* (2003). *Psychological Bulletin*, 129, 376-382.
- Halman, L. (1996). Individualization and the Fragmentation of Work Vales – Evidence From the European Values Study. In R. de Moor (ed.), *Values in Western Societies*. Tilburg: Tilburg University Press.
- Hamilton, B. H. (2000). Does Entrepreneurship Pay? An Empirical Analysis of the Returns to Self-Employment. *Journal of Political Economy*, 108, 604-631.
- Haslam, N. (2004). *A Relational Models Theory: A Contemporary Overview*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Haslam, N., & Fiske, A. P. (1999). Relational Models Theory: A Confirmatory Factor Analysis. *Personal Relationships*, 6, 241-250.
- Heath, A., Jowell, R., Curtice, J., Evans, G. & Witherspoon, J. (1991). *Understanding Political Change: the British Voter, 1964-1987*. Oxford: Pergamon Press.
- Hibbs, D.A. Jr. (1977). Political Parties and Macroeconomic Policy. *American Political Science Review*, 71, 23-31.
- Hitlin, S., & Piliavin, J.A. (2004). Values: Reviving a dormant concept. *Annual Review of Sociology*, 30, 359-393.
- Hoang, H., & Antoncic, B. (2003). Network-Based Research in Entrepreneurship: A Critical Review. *Journal of Business Venturing*, 18, 165-187.
- Hofstede, G. (1983). Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values. *Administrative Science Quarterly*, 28 (4), 625-629.
- Huber, J. & Inglehart, R. (1995). Expert Interpretations of Party Space and Party Locations in 42 Societies. *Party Politics*, 1, 73-111.
- Inglehart, R. (1971). The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-industrial Societies. *American Political Science Review*, 65 (4), 991-1017.

- Inglehart, R. (1977). *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1997). *Modernization and Postmodernization*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (2000). Globalization and Post Modern Values. *Washington Quarterly*, 23 (1), 215-228.
- Jacobsen, D.I. (2001). Higher Education as an Arena for Political Socialization: Myth or Reality? *Scandinavian Political Studies*, 24, 351-368.
- Jalali, C. (2007). Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Jenssen, A.T. & Engesbak, H. (1994). The Many Faces of Education: Why are People with Lower Education more Hostile Towards Immigrants than People with Higher Education? *Scandinavian Journal of Educational Research*, 38, 33-50.
- Jost, J.T., Blount, S., Pfeffer, J., Hunyady, G. (2003). Fair Market Ideology: Its Cognitive-Motivational Underpinnings. *Research in Organizational Behavior*, 25, 53–91.
- Jost, J.T., Kruglanski, A.W. & Simon, L. (1999). Effects of Epistemic Motivation on Conservatism, Intolerance, and Other System Justifying Attitudes. In *Shared Cognition in Organizations: The Management of Knowledge*, ed. Leigh Thompson, David M. Messick, and John M. Levine, 91–116. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Kemmelmeier, M. (1997). Need for Closure and Political Orientation among German University Students. *Journal of Social Psychology*, 137, 787–789.
- Kitschel, H. (1994). *The Transformation of European Social Democracy*. Cambridge: Cambridge University.
- Kitschel, H. (1995). *The Radical Right in Western Europe – A Comparative Analysis*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Kitschel, H. & Hellemans, S. (1990). The Left-Right Semantics and the New Politics Cleavage. *Comparative Political Studies*, 23, 210-229.
- Klapper, L., Laeven, L. & Rajan, R.G. (2004). *Barriers to entrepreneurship*. Working Paper.
- Klingemann, H.D., & Fuchs, D. (1995). *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press.
- Klingemann, H.D., Volkens, A., Bara, J., Budge, I. & MacDonalds, M. (2006). Mapping Policy Preferences II. *Estimates for Parties, Electors and Governments in Eastern Europe*,

- The European Union and the OECD, 1990-2003*. Oxford: Oxford University Press.
- Kluckhohn, C., (1951). *Values and Value-orientations in the Theory of Action: An Exploration in Definition and Classification*. In T. Parsons & E. Shils (Eds.), *Toward a General Theory of Action*, 388-433, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Knoop, R. (1994). Work Values and Job Satisfaction. *The Journal of Psychology*, 128 (6), 683-690.
- Knutsen, O. (1995). Value Orientations, Political Conflicts and Left-Right Identification: A Comparative Study. *International Political Science Review*, 28, 63-93.
- Knutsen, O. & Scarbrough, E. (1995). Cleavage Politics. In: van Deth, J.W. & Scarbrough, E. (eds), *The Impact of Values*: 492-523. Oxford: Oxford University Press.
- Kohl, J. (1983). *L'evoluzione della Spesa Pubblica nell'Europa Occidentale e nell'America del Nord*. In: Flora e Heidenheimer: 367-412.
- Kohn, M.L. (1969). *Class and Conformity*. Homewood, Il.: Dorsey Press.
- Kohn, M.L., & Schooler, C. (1983). *Work and Personality*. Norwood, NJ: Ablex.
- Korman, A. (1974). *The Psychology of Motivation*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Laponce, J.A. (1981). *Left and Right. The Topography of Political Perceptions*. Toronto, University of Toronto Press.
- Lewin, K. (1947). Frontiers in Group Dynamics. *Human Relations*, 1, 5-41.
- Lickel, B., Hamilton, D.L., Lewis, A. & Sherman, S.J. (2006). Intuitive Theories of Groups and the Perception of Group Entitativity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 223-246.
- Lima, P., Dores, A.P & Costa, A.F. (1991). Classificações de Profissões nos Censos 91. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 10, 43-66.
- Lipset, S.M. (1960). *Political Man*. New York: Doubleday & Company.
- Lipset, S.M. (1981). ¿El Fin de Toda Ideología? *Political Man: The social Bases of Politics*, 357-372, Madrid: Editorial Tecnos.
- Lipset, S.M. (1987) Un Concepto y su Historia: el Fin de la Ideología, em Seymour M. Lipset, *El Hombre Político: Las Bases Sociales de la Política*, 420-448. Madrid: Editorial Tecnos.
- Lipset, S.M. & Rokkan, S. (1967). *Party Systems and Voters Alignment*. New York: Free Press.
- Lisi, M. (2009). New Politics in Portugal: The Rise and Success of the Left Bloc. *Pôle. Sud*, 30, 127-144.

- Lisi, M. (2011). *Os Partidos Políticos em Portugal: Continuidade e Transformação*. Lisboa: Edições Almedina.
- Lobo, M.C. (2007). A União Europeia e os Partidos Políticos Portugueses: Da Consolidação à Qualidade Democrática. In M.C. Lobo e P. Lains (orgs.). *Portugal em Mudança (1986-2006)*, 77-96.
- Lobo, M.C. & Magalhães, P. (2004). The Portuguese Socialists and The Third Way. In G. Bonoli e M. Powell (orgs.). *Social Democratic Party Politics in Contemporary Europe*. 83-101. Londres: Routledge.
- Loscocco, K. (1995). The Instrumentally Oriented Factory Worker, Myth or Reality? *Work and Occupations*, 16 (1), 3-25.
- Lyons, S., Duxbury, L. & Higgins, C. (2005). An Empirical Assessment of Generational Differences in Work Related Values. *Administrative Sciences Association of Canada*, Toronto, Ontario.
- Machado, F.L. (2002). *Contrastes e Continuidades: Migrações, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Machado, F.L. & Costa, A.F. (1998). Processos de Uma Modernidade Inacabada. in José Manuel Leite Viegas; António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras: Celta, 17-44.
- Machado, F.L., Costa, A.F., Almeida, J.F. (1989). Identidades e Orientações dos Estudantes: Classes, Convergências, Especificidades, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27 e 28, 189-209.
- Machado, F.L., Costa, A.F., Mauritti, R., Martins, S., Casanova, J.L., & Almeida, J.F. (2003). Classes Sociais e Estudantes Universitários: Origens, Oportunidades e Orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 45-80.
- Maslow, A.H. (1965). *Eupsychian Management*. Homewood, IL: Dorsey.
- Martins, M.M. (2004). *Participação Política e Democracia – O Caso Português (1975-2000)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- McCann, S.H. (1997). Threatening Times, ‘Strong’ Presidential Popular Vote Winners, and the Victory Margin, 1824–1964. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 160–170.
- McClosky, H., & John Z. (1984). *The American Ethos: Public Attitudes Towards Capitalism and Democracy*. Cambridge, MA: Harvard University.
- McConochie, W. (2007). McConochie Authoritarianism Endorsment Scale (McAUT).

Political Psychology Research, Inc.

- Morris, C.W. (1956). *Varieties of Human Value*. Chicago: University of Chicago Press.
- Motta, C.J. (1985). The Relative Importance of Intrinsic and Extrinsic Rewards as Determinations of Work Satisfaction. *Sociological Quarterly*, 26, 365-385.
- Muller, J.Z. (2001). Conservatism: Historical Aspects. In *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, ed. Neil J. Smelser, & Paul B. Baltes, 2624–2628. Amsterdam: Elsevier.
- Muller, W.C. (1983). Executive-legislative Relations in Austria 1945-1992. In: *Legislative Studies Quarterly*, 4, 467-494.
- Mueller, S.L., & Thomas, A.S. (2001). Culture and Entrepreneurial Potential: A Nine Country Study of Locus of Control and Innovativeness. *Journal of Business Venturing*, 16, 51-75.
- Nunn, C.Z., Crockett, H.J. & Williams, J.A. (1978). *Tolerance for Nonconformity*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Oswald, A. J., & Stutzer, A. (2001). Latent Entrepreneurship Across Nations. *European Economic Review*, 45, 680-691.
- Ovaska, T., & Sobel, R. S. (2003). *Entrepreneurship in Post-Socialist Economies*. Working paper. Morgantown, WV: West Virginia University.
- Parsons, T. (1951). *The Social System*. Glencoe, Il. : Free Press.
- Pascarella, E.T. & Terenzini, P.T. (1991). *How College Affects Students. Findings and Insights from Twenty Years of Research*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Phelan, J., Link, B.G., Stueve, A. & Moore, R.E. (1995). Education, Social Liberalism, and Economic Conservatism: Attitudes Toward Homeless People. *American Sociological Review*, 60, 126-140.
- Pinto, A.C. (2010). Coping With The Double Legacy of Authoritarianism and Revolution in Portuguese Democracy', *Southern European Society and Politics*, 15 (3), 396-412.
- Political Compass (2005). *About The Political Compass*. Retirado de <http://politicalcompass.org/analysis2>
- Political Compass (2012). *The US Presidential Election 2012*. Retirado de <http://politicalcompass.org/uselection2012>
- Pryor, R.G. (1979). In Search of a Concept: Work Values. *The Vocational Guidance Quarterly*, 27, 250-258.

- Pryor, R.G. (1987). Differences Among Differences - In Search of General Work Preference Dimensions. *Journal of Applied Psychology*, 72, 426-433.
- Ramos, A. (2006). Dinâmicas dos Valores Sociais e Desenvolvimento Socioeconómico. In *Contextos e Atitudes Sociais dos Portugueses*, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Realo, A., Käästik, L. & Allik, J. (2004). The Relationship Between Collectivist Attitudes and the Elementary Forms of Human Relations. Evidence from Estonia. *Journal of Social and Personal Psychology*, 21, 779-794.
- Robinson, R. (1996). Do CDS ao CDS-PP: o Partido do Centro Democrático Social e o Seu Papel na Política Portuguesa. *Análise Social*, XXXI, 951-973.
- Rohan, M.J., (2000). A Rose by any Name? The Values Construct. *Personality and Social Psychology*, 4, 255-277.
- Rokeach, M. (1973). *The Nature of Human Values*. New York: Free Press.
- Ros, M., Schwartz, S.H., & Surkiss, S. (1999). Basic Individual Values, Work Values and the Meaning of Work. *Applied Psychology: An International Review*, 48, 49-71.
- Rosenberg, M. (1957). *Occupations and Values*. Glencoe, Il: Free Press.
- Sales, S.M. (1973). Threat as a Factor in Authoritarianism: An Analysis of Archival Data. *Journal of Personality and Social Psychology*, 28, 44-57.
- Sartori, G. (1976). Parties and Party Systems. *A Framework for Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schumpeter, J.A. (1943). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Kessinger Publishing.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the Content and Structure of Values: Theory and Empirical Tests in 20 countries. In M. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*. 25, 1-65. New York: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (1994). Are There Universal Aspects in the Content and Structure of Values? *Journal of Social Issues*, 50, 19-45.
- Schwartz, S. H. (2006). A Theory of Cultural Value Orientations: Explication and Applications. *Comparative Sociology*, 5, 137-182.
- Schwartz, S. H. (2006). Value Orientations: Measurement, Antecedents and Consequences Across Nations. In Jowell, R., Roberts, C., Fitzgerald, R. & Eva, G. (Eds.) *Measuring Attitudes Crossnationally - Lessons From the European Social Survey*. London: Sage.
- Schwartz, S.H., & Bilsky, W. (1987). Toward a Psychological Structure of Human Values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- Schwartz, S. H., Caprara, G. V., & Vecchione, M. (2010). Basic Personal Values, Core

- Political Values and Voting: A Longitudinal Analysis. *Political Psychology*, 31, 421-452.
- Schwartz, S. H., & Huismans, S. (1995). Value Priorities and Religiosity in Four Western Religions. *Social Psychology Quarterly*, 58, 88-107.
- Sidanius, J. & Pratto, F. (1999). *Social Dominance: An Intergroup Theory of Social Hierarchy and Oppression*. New York: Cambridge University Press.
- Silva, A.S. (2005). Os Socialistas Portugueses à Entrada do Século XXI: Os Militantes e a Estrutura do PS. In V. Canas (org.). *O Partido Socialista e a Democracia*. 295-326. Oeiras: Celta.
- Sousa, M.R. (2000). *A Revolução e o Nascimento do PPD/PSD*. Venda Nova: Bertrand.
- Stock, M.J. (1986). *Os Partidos do Poder Dez Anos Depois do 25 de Abril*. Évora: Universidade de Évora.
- Stubager, R. (2000). Ni Politik i Denmark. *Økonomi og Politik*, 73, 15-30.
- Stubager, R. (2005). *The Educational Foundation of The Authoritarian-Libertarian Values*. Aarhus: Department of Political Science, University of Aarhus.
- Super, D.E. (1970). *Work Values Inventory*. Boston: Houghton Mifflin.
- Teixeira, M. (2009). *Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar*. Coimbra: Edições Almedina.
- Tetlock, P.E. (1983). Cognitive Style and Political Ideology. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 118–26.
- Ulijn, J. & T.E. Brown. (2003). Innovation, Entrepreneurship and Culture: A Matter of Interaction between Technology, Progress and Economic Growth? An Introduction. In T. Brown & J.Ulijn (Eds.), *Innovation, Entrepreneurship and Culture: The Interaction between Technology, Progress and Economic Growth*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Uhlaner, L. & Thurik, R. (2004). *Post-Materialism: A Cultural Factor Influencing Total Entrepreneurial Activity Across Nations*. Working Paper. Jena: Max Planck Institute for Research into Economic Systems.
- Vala, J. (2000). Mudanças nos Valores Associados ao Trabalho e Satisfação com o Trabalho. In M.V. Cabral, J. Vala e J. Freire (orgs), *Trabalho e Cidadania*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Van Hiel, A., Malgorzata, K., & Mervielde, I. (2000). The Relationship Between Openness to Experience and Political Ideology. *Personality and Individual Differences*, 28, 741–751.

- Verkasalo, M., Lönnqvist, J.E., Lipsanen, J. & Helkama, K. (2008). European Norms and Equations for a Two Dimensional Presentation of Values as Measured with Schwartz's 21-item Portrait Values Questionnaire. *European Journal of Social Psychology*, 35 (5), 780-792.
- Vester, M. (2003). Class and Culture in Germany. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, 25-64.
- Viegas, J. (2003). Valores Políticos e Intervenção do Estado na Vida Social e Económica. In Vala, J., Cabral, M.V. e Ramos, A. (orgs), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ware, A. (1996). *Political Parties*. Oxford: Oxford University Press.
- Weber, M., (1905). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. New York: Scribner's.
- Weil, F.D. (1985). The Variable Effects of Education on Liberal Attitudes: A Comparative-Historical Analysis of Anti-Semitism Using Public Opinion Survey Data. *American Sociological Review*, 50, 458-474.
- Wilensky, H. L. (1980). *Neo-corporativismo, Accentramento e Stato Assistenziale*. Bolonha: Cappelli.
- Wilensky, H. L. (1983). *Il Ruolo dei Partidi nello Sviluppo Recente del «Welfare State»*. In: Flora e Heidenheimer: 413-464.
- Williams, R. M., Jr. (1968). Values. In E. Sills (Ed.), *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Macmillan.
- Wilson, G.D. (1973). *The Psychology of Conservatism*. London: Academic Press.
- Woshinsky, O.H. (2008). *Explaining Politics: Culture, Institutions, and Political Behavior*. Oxon, England, UK; New York, New York, USA: Routledge, 145-149.